



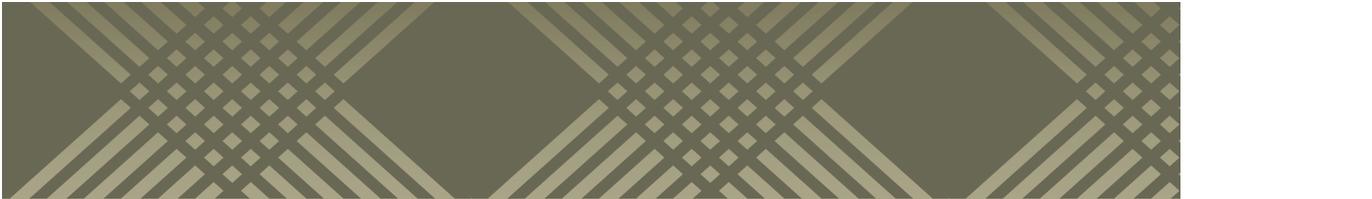
DO POVO

PARA O

POVO



USAID
DO POVO DOS ESTADOS UNIDOS



O Programa de Pequenos Apoios do Programa de Meio Ambiente da USAID Brasil baseou-se no pressuposto de que pequenas contribuições direcionadas para organizações locais que trabalham com conservação ambiental e com assuntos indígenas podem representar uma grande contribuição para o seu trabalho e produzir impactos que superam a escala do investimento. Representou, também, um meio de distribuir, de forma mais ampla, a assistência da USAID para essas organizações, que, muitas vezes, não têm possibilidades de participar de projetos e programas maiores.

O programa priorizou o apoio a eventos e atividades de organizações que trabalham diretamente no campo da conservação e do manejo dos recursos naturais, e com os temas sociais correlatos. Muitas destas são associações de comunidades locais e, em particular, de povos indígenas. Outro objetivo do programa era promover, para um público mais amplo, a disseminação de informações relevantes e dos resultados alcançados.

A USAID Brasil recebeu, avaliou e aprovou propostas de apoios em fluxo contínuo e com rápido retorno. O papel do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB foi o de gerir os apoios e acompanhar a implementação dos projetos e a elaboração dos relatórios pertinentes. O programa funcionou entre outubro de 2004 e setembro de 2007 e apoiou 40 projetos.

Este livro apresenta os resultados de uma pequena seleção desses projetos. Ao lê-lo, esperamos que vocês concordem que essas histórias mostram que um pequeno apoio pode fazer uma grande diferença.

Gordon Armstrong
IEB

DO POVO PARA O POVO



From the people
to the people

Apresentação



Este livro sobre os Small Grants concedidos pela USAID a vários grupos sociais que vivem no Brasil permite ver como pequenos apoios podem produzir grandes impactos para a conservação da biodiversidade, estimulando o uso dos recursos naturais de forma sustentável.

Em alguns casos, recursos financeiros são destinados para ações concretas juntos a populações locais, mas acabam se diluindo nas instituições responsáveis por geri-los, não se alcançando os resultados esperados. De modo diferente, percebe-se com os diversos casos aqui registrados - entre eles o do meu povo indígena - que um recurso pequeno, quando chega até as bases, até os grupos sociais locais, torna-se uma grande ajuda para ações concretas que objetivam a melhoria da qualidade de vida.

O apoio oferecido pela USAID também tem sido de muita importância para a promoção de discussões sobre políticas públicas voltadas para os grupos sociais que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua reprodução física, social e cultural. Em muitas situações, a realização de debates com viés socioambiental desencadeia ações concretas, beneficiando os povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e muitos outros. Especificamente no caso dos povos indígenas, muitas das ações realizadas por meio dos Small Grants contribuem para o fortalecimento do movimento indígena brasileiro.

Nem todas as ações, contudo, geram os retornos esperados pelos grupos sociais, pois sofrem influência de fatores externos que independem dos povos indígenas. Muitas políticas públicas colocadas em prática pelo governo, por exemplo, não são implementadas e várias outras o são com muita dificuldade e lentidão. Pequenos apoios, como os que foram concedidos aos Agentes Agroflorestais do Acre, geraram grandes resultados, formando indígenas que irão replicar e discutir com o governo mecanismos para garantir seus direitos.

Os grandes benefícios obtidos com pequenos apoios não governamentais, infelizmente, ainda não fazem parte da realidade de muitos grupos sociais. Isto ocorre principalmente devido ao restrito acesso desses grupos às informações. Procurando cada vez mais reverter esse quadro, este livro é uma contribuição valiosa na disseminação de experiências acumuladas por aqueles que tiveram a oportunidade de contar com pequenos apoios para a realização de grandes ações. Espero que o livro seja uma fonte de motivação para grupos sociais que acessaram os Small Grants e para aqueles que ainda não o fizeram, para buscarem cada vez mais sua autonomia e a realização de seus sonhos.

Almir Narayamoga Suruí

Coordenador Geral da Metareilá e Coordenador Etnoambiental da COIAB



Presentation



Foto: StockXchng

This book about the USAID-Brazil Small Grants Fund, distributed to several social groups throughout Brazil, enables us to see how small grants can produce large impacts for biodiversity conservation, and the sustainable use of natural resources

In many cases, financial resources that are destined to concrete actions at the local level end up absorbed by the institutions responsible for managing these resources, never achieving the expected results. Conversely, as demonstrated here by the various cases documented – and among them the one for my indigenous people – when a small grant actually reaches local social groups, it can be of great help for concrete actions aimed at improving people’s quality of life and well-being.

The support from USAID also played an important role in stimulating debates about public policies that affect social groups depending entirely on natural resources for their physical, social and cultural reproduction. In many situations, these debates lead to concrete results that benefit indigenous peoples and other traditional Amazonian populations. Many of the activities financed by the Small Grants Fund have specifically contributed to strengthening the indigenous movement in Brazil.

Actions don’t always produce the expected results, however, due to external elements outside the indigenous group’s control, which can influence the process. Various public policies are established but not implemented, while others are implemented with painstakingly difficulty and slowness. Small grants, such as the one given to Acre’s Agroforestry Agents, produced substantial results, training indigenous people who will disseminate this knowledge and will also be able to negotiate with the government mechanisms for assuring their rights.

Unfortunately, the substantial benefits obtained with small grants from the non-government sector are not yet part of the reality for many social groups. This is largely due to the restricted access of these groups to relevant information. Designed to improve such access, this book is a valuable contribution for disseminating the cumulative experiences of those who had the opportunity to receive small grants and produce substantial results. I hope this book becomes a source of inspiration for social groups to access the Small Grants Fund, which can contribute to these groups’ increased autonomy and, in many cases, the fulfillment of their dreams.

Almir Narayamoga Suruí

Metareilá’s General Coordinator and COIAB’s Ethno-environmental Coordinator

P879 Do povo para o povo = From the people to the people / texto, Marco Antônio Gonçalves; tradução, Elza Suely Anderson. - Brasília : USAID/ Brasil, 2007.
72 p. : il. ; 25 cm.

Texto em português e inglês.

1. Biodiversidade – conservação. 2. Índio. 3. Agricultor.
4. Terceiro setor. 5. Projetos sociais. I. Gonçalves, Marco Antônio. II. Anderson, Elza Suely. III. Título.

CDD 363.735
CDU 504.062.2

Ficha Técnica • Credits

Coordenação Editorial e Produção • *Editorial Coordination and Publishing*
Nurit Bensusan

Projeto Gráfico • *Graphic Design*
Cartaz Criações e Projetos Gráficos

Diagramação • *Desktop Publishing*
Marcelo Rubartelly

Texto • *Text*
Marco Antônio Gonçalves

Revisão • *Revision*
Di Sergi

Tradução • *Translation*
Elza Suely Anderson

Foto da Capa • *Cover Photo*
Renato Gavazzi

Programa de Pequenos Apoios da USAID/Brasil “Small Grants Program USAID/Brazil



“Esta publicação foi realizada com o apoio do povo dos Estados Unidos por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo desta publicação é de responsabilidade de seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.”

“This book is made possible by the generous support of the American people through the United States Agency for International Development (USAID). The contents are the responsibility of the authors and do not necessarily reflect the views of USAID or the United States Government.”



SUMÁRIO

- 11 Descaminhos da Soja
na Amazônia Brasileira
-
- 18 Out-of-control expansion of
soy in the Brazilian Amazon
-
- 25 Trilhas para o futuro no campo
minado de Rondônia
-
- 30 Future pathways in the mined
field of Rondonia
-
- 37 Agentes indígenas em ação
nas florestas do Acre
-
- 44 Indigenous Agents active in
Acre's forests
-
- 51 Cidadania tecida em rede
-
- 56 Citizenship networks
-
- 61 Organizações indígenas
escrevem sua história
-
- 66 Indigenous organizations
write their own history
-
- 69 Projetos
-
- 69 List of projects funded



Descaminhos da soja na Amazônia brasileira

Contra o senso comum, em 2004, um grupo de entidades da sociedade civil aceitou o desafio de provar que o cultivo da soja estava induzindo o desmatamento na Amazônia e provocando graves conflitos sociais. Com o apoio do fundo Small Grants, produziram estudos que levaram produtores e compradores a negociar medidas que contivessem a devastação.



Nas últimas duas décadas, uma planta rasteira, originalmente das margens do rio Amarelo, na China, despontou como a vedete das exportações brasileiras. Seu peso na balança comercial do país, no entanto, parecia estar tombando milhares de hectares da maior floresta tropical do mundo e provocando conflitos sociais graves. Movidos por essa suspeita, no final de 2003, um grupo de representantes de ONGs que trabalhavam com a proteção de florestas no Brasil decidiu se reunir para decifrar o seguinte enigma: afinal, qual seria a influência da crescente demanda internacional por soja sobre o desmatamento na Amazônia?

A resposta à questão, que hoje soa como uma obviedade, carecia, àquela altura, de um número maior de dados e de uma análise técnica mais consistente. Para o senso comum, prevalecia a tese de que a grande vilã do desmatamento na região era a indústria madeireira, que, em sua maior parte, operava na ilegalidade.

Entretanto, havia um grupo de pessoas que não tinha dúvidas acerca do nexos entre a soja e a destruição de ecossistemas amazônicos. “Profissionais de entidades que trabalhavam na Amazônia viam, com seus próprios olhos, o avanço dos campos de soja e a consequente destruição de florestas e rios, incluindo seu impacto sobre as comunidades locais”, lembra Adriana Ramos,

Em 2003, a opinião pública acreditava que o desmatamento era provocado pela indústria madeireira ilegal.

que, como representante do Instituto Socioambiental, coordena o Grupo de Trabalho de Florestas (GT de Florestas) do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

Essa constatação era especialmente irrefutável na região centro-norte do estado do Mato Grosso, área ecologicamente sensível, de transição entre o cerrado (savanas brasileiras) e a floresta amazônica, onde estão as nascentes de importantes formadores do rio Amazonas, como os rios Xingu e Teles Pires. Nessa região, encontra-se, também, um extenso mosaico de terras indígenas, incluindo o famoso Parque Indígena do Xingu, que sofria problemas sanitários decorrentes da poluição da bacia, causada pela produção rural e invasões crescentes de não-índios.

Conjuntura global favorável ao desmatamento

A inquietação das ONGs com os efeitos do avanço da soja sobre o meio ambiente e as populações dessa faixa do interior do Brasil – conhecida administrativamente como Amazônia Legal – era agravada pela perspectiva de crescimento da demanda mundial do

produto. Em julho de 2003, o governo brasileiro recebera uma missão chinesa “com o objetivo principal de estudar a produção e o transporte de soja” para orientar “investimentos chineses nessas áreas”, segundo divulgado pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China. Ao lado da soja, existia uma conjuntura internacional favorável, também, às exportações de carne bovina.

Ao mesmo tempo, a política econômica brasileira estava assentada na obtenção de altos superávits primários para financiar o pagamento de compromissos externos e conquistar a confiança do mercado com relação às intenções do novo governo instalado em Brasília. Um clima de ufanismo em torno do desempenho do setor agropecuário grassava nas redações de jornais e revistas, bem como no discurso das autoridades brasileiras, ignorando os efeitos da expansão da produção de grãos e carne sobre o meio ambiente e as populações das novas áreas alcançadas.

Nesse cenário um tanto adverso, o GT de Florestas fez uma série de reuniões com o objetivo de divulgar essas contradições, tão distantes, à época, da opinião pública. No início de 2004, o grupo concluiu um documento denominado “Critérios mínimos sobre o cultivo





Em 2004, o Grupo de Trabalho de Florestas formulou critérios iniciais para a compra de soja do Brasil.

de soja em áreas de florestas”, que planejava utilizar para iniciar um diálogo com integrantes da cadeia da soja, visando à adoção de uma política de compra que levasse em conta a origem dos produtos em áreas de florestas. Baseando-se em cinco critérios, o documento reivindicava, essencialmente, que os compradores e financiadores da comercialização concretizassem negócios apenas com produtores de soja que seguissem a legislação fundiária, ambiental e trabalhista em vigor e cuja produção não fosse oriunda de terras desmatadas em anos recentes.

O documento foi apresentado, em uma reunião, ao então ministro da Agri-

cultura e Pecuária, Roberto Rodrigues, com o intuito de convencê-lo a intermediar negociações, com associações de produtores, traders e agências de financiamento, para disciplinar a compra dos grãos produzidos na região amazônica. Empresário bem-sucedido do agro-negócio, Rodrigues levantou dúvidas sobre a tese apresentada e atribuiu o desmatamento à exploração madeireira. Concordou, porém, com a sugestão de que fossem realizados estudos técnicos mais aprofundados sobre a relação entre o desmatamento e o avanço da soja, que poderiam vir a se traduzir em medidas para enfrentar o problema, caso fosse realmente comprovada aquela ligação.

Um dos estudos constatou que a soja estava “empurrando” a pecuária para áreas de florestas, incrementando o desmatamento.

O “estado da arte” da soja na Amazônia

Com recursos do fundo Small Grants, da USAID, entidades do GT de Florestas contrataram duas consultorias especializadas para verificar “o estado da arte” do impacto da soja na conversão e uso do solo em diferentes ecossistemas brasileiros. A primeira delas deveria compilar dados e informações de estudos efetuados no Brasil, identificar os principais conflitos sociais associados à expansão da soja e ilustrar, a partir dos critérios mínimos formulados, formas de dar início a políticas de compras que incluíssem a mitigação de impactos ambientais e dos problemas sociais identificados, com sugestões para evitar impactos futuros.

A segunda consultoria tinha a incumbência de fazer o mapeamento espacial do avanço da soja na Amazônia Legal, especificando sua dinâmica, as mudanças no uso do solo - de floresta para soja ou pecuária - e os conflitos sociais potenciais e em curso. O produto a ser apresentado deveria, ainda, projetar os cenários decorrentes da expansão da soja (área e distribuição espacial) em função da infra-estrutura disponível na região, identificando sobreposições com as áreas protegidas e outras formas de uso do solo.

Por fim, deveria apresentar um mapeamento das áreas alteradas disponíveis nos ecossistemas da Amazônia e do Cerrado, onde novos plantios de leguminosa pudessem ser realizados, e identificar os fatores que limitavam ou limitariam sua expansão na Amazônia, com vistas à definição de tetos de produção por região.

Com uma versão preliminar dos estudos em mãos, contendo dados e análises suficientes para demonstrar os nexos

diretos e indiretos entre a expansão da sojicultura e o desmatamento na Amazônia Legal, o GT de Florestas obteve novo apoio do Small Grants, dessa vez para realizar seminários visando a consolidar as conclusões e organizar novo encontro com o ministro da Agricultura e Pecuária. Em dezembro de 2004, essas conclusões foram apresentadas ao ministro Roberto Rodrigues, em uma reunião ocorrida na cidade de São Paulo, na qual estiveram presentes, também, representantes de bancos, traders e entidades do setor agropecuário.

Conclusão: desmatar dá lucro

Foram apresentados dois estudos que, em síntese, decifravam a dinâmica da entrada da soja, tanto em regiões com fronteiras menos recentes, abertas nos anos 90, como em regiões recém-desmatadas. Um estudo, com foco nos maiores desmatamentos registrados entre 2000 e 2003, no norte do Mato Grosso, revelou que, primeiro, chegam os madeireiros, abrindo trilhas na floresta para extrair toda a matéria-prima com valor comercial. Em seguida, essa floresta empobrecida é apropriada por criadores de gado que intensificam a derrubada e fazem a queima da vegetação para fertilizar o solo com as cinzas. Após o qual, semeiam forrageiras para formar pastagens. Esgotada a produtividade dos pastos, quase sempre mal manejados, chega a soja.

Esse estudo constatou que, no Mato Grosso, o intervalo entre desmatamento e mecanização estava se tornando mais curto, de cerca de cinco anos, nos anos 90, para, aproximadamente, de dois a três anos. Em 20% dos casos analisados, havia sido observada uma transição direta do desmatamento para a soja, sem passar pela pecuária. O estudo

demonstrou, também, que a soja era um dos vetores que induziam, diretamente, o desmatamento de florestas naquelas regiões que contavam com infra-estrutura para o escoamento da produção e condições topográficas e climáticas favoráveis.

O outro estudo apresentado demonstrou que, nos municípios do Mato Grosso onde a produção de soja havia aumentado, havia crescido, também, o desmatamento e se reduzido a área para a pecuária, embora o rebanho total no estado tivesse aumentado. A conclusão extraída dessa relação é que as plantações de soja estavam “empurrando” a pecuária para novas áreas de floresta tropical densa.

Em síntese, o GT de Florestas concluiu que “nas áreas de expansão da cultura de soja é a lucratividade da pecuária, e a posterior transformação ou venda da terra para a agricultura intensiva, que sinaliza, tanto para os agentes iniciais, quanto para os próprios pecuaristas, que o desmatamento e a conversão de florestas em pastagens são atividades rentáveis”. Como os direitos de propriedade são assegurados pela ocupação física da terra - muito mais importante do que qualquer documento de propriedade -, grileiros ou posseiros ocupavam terras para garantir sua posterior transferência

a novos agentes, avessos aos riscos relativamente maiores existentes no começo do processo.

Após a apresentação, o ministro fez uma exposição sobre a importância da sojicultura para a economia brasileira e considerou convincentes as análises e dados apresentados. Reconheceu que a expansão da fronteira agropecuária sobre a região amazônica era um fato e que, portanto, estava entre as razões que incrementavam o desmatamento na região. Afirmou, porém, que essa dinâmica estava sendo motivada pela demanda internacional por grãos e carne e que não partia do governo federal nenhuma ação que a motivasse.

Diante dos fatos, o ministro Rodrigues anunciou que a pasta da Agricultura e Pecuária passaria, em breve, por uma reformulação e que, nesse processo, seria criada a Secretaria de Planejamento Estratégico e Assuntos Internacionais. Prometeu abrir a agenda dessa nova secretaria para uma discussão consistente sobre a expansão do agronegócio e seus impactos sobre o meio ambiente, de forma articulada com sua inserção no cenário mundial. Rodrigues deixou o governo, em junho de 2006, sem conseguir fazer as reformas planejadas.

O que é o Fórum Brasileiro de ONGs

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) foi criado, em 1990, com o objetivo de organizar a participação da sociedade civil brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro. Desde então, acompanha e busca influir na formulação de políticas públicas que afetem o meio ambiente, os direitos humanos e o desenvolvimento no país.

Em 1997, o Fórum organizou sua forma de atuação em torno de grupos temáticos, articulando as entidades segundo suas afinidades e interesses. Nessa ocasião, foi criado o Grupo de Trabalho de Florestas que, coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA), é integrado por 22 instituições e redes com atuação em todo o Brasil, representando cerca de 700 entidades.

O trabalho realizado pelo GT de Florestas sobre a relação entre soja e desmatamento na Amazônia, que recebeu apoio do Small Grants, da USAID, teve, como pontos focais, as entidades Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e Imaflo, com contribuições de outras sete entidades. Os resultados e conclusões finais dos estudos realizados foram publicados no volume “Relação entre cultivo de soja e desmatamento – compreendendo a dinâmica”, editada pelo FBOMS, em 2005.



Desdobramentos

Após os estudos, debate muda e traders aceitam critérios de compra

A mobilização liderada pelo GT de Florestas, visando a decifrar a influência da produção de soja sobre o desmatamento na Amazônia Legal, produziu vários desdobramentos. Segundo integrantes do grupo, um de seus maiores méritos foi modificar a percepção pública sobre o impacto ambiental e social da soja na Amazônia.

A aceitação crescente do nexos entre sojicultura e desmatamento na Amazônia fomentou um ambiente para que as traders discutissem critérios para a compra de mercadorias oriundas da região, envolvendo, em alguns casos, o próprio poder público. No Mato Grosso, por exemplo, os resultados dos estudos foram utilizados pelo governo estadual para aprimorar seu sistema de licenciamento de propriedades rurais.

Novos esforços de entendimento entre ONGs e o setor produtivo surgiram a partir daí, como a Articulação Soja-Brasil, encabeçada por uma coalizão de entidades integrantes do FBOMS; a “moratória da soja” e a conseqüente criação do Grupo de Trabalho da Soja, protagonizado pelo Greenpeace; e a Iniciativa Brasileira para a Criação de

um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, liderada pelos Amigos da Terra- Amazônia Brasileira, que tem entre seus parceiros o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. Em maior ou menor grau, essas iniciativas têm obtido resultados positivos para, internamente, disciplinar a produção de soja e de carnes na Amazônia e, externamente, influenciar os compradores e consumidores quanto à sua responsabilidade no processo.

No final de maio de 2007, a indústria da soja anunciou que pretende incluir, em sua política para a próxima safra, a decisão de não financiar produtores que tenham promovido novos desmatamentos na Amazônia. A intenção foi anunciada por representantes das traders durante reunião da coordenação do Grupo de Trabalho da Soja, realizada em Brasília. O grupo reúne instituições importantes da cadeia do grão, como a Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), representantes de empresas comercializadoras de soja, ONGs e entidades de movimentos sociais do país.

Small Grants: “rápido e desburocratizado”

Entre a primeira reunião com o então ministro da Agricultura e Pecuária e a publicação dos resultados no volume “Relação entre cultivo de soja e desmatamento – compreendendo a dinâmica”, entidades que lideraram a iniciativa do GT de Florestas do FBOMS obtiveram US\$ 20 mil do Small Grants, utilizados em diferentes etapas do processo.

Segundo Adriana Ramos, coordenadora do GT de Florestas pelo Instituto Socioambiental, o fundo da USAID tem como grande mérito “disponibilizar recursos pequenos, sem grandes condicionantes, prestando-se, ainda, a complementar projetos apoiados por outros fundos”. Ela destaca, também, a “agilidade, pouca burocracia e compreensão da relevância dos temas, vantagens que se devem, sobretudo, ao conhecimento que o gestor do fundo, o IEB, tem da realidade das organizações brasileiras”. Roberto Smeraldi, diretor da Amigos da Terra– Amazônia Brasileira, que coordenou parte dos estudos realizados, concorda: “Foi rápido e desburocratizado, com foco em resultados, algo que era essencial no processo que conduziávamos”.

Out-of-control expansion of soy in the Brazilian Amazon

Against all odds, in 2004 a group of civil society organizations took the challenge of demonstrating that soybean plantations were contributing to deforestation in the Amazon and generating serious social conflicts. With support from the Small Grants Fund, this group developed studies that ultimately led producers and buyers to negotiate measures for halting such devastation.

In the last two decades, a plant originally from the margins of the Yellow River in China emerged as the star of Brazilian exports. Its growing weight in the country's foreign trade balance, however, seemed to be toppling down thousands of hectares of the largest tropical forest in the world and causing serious social conflicts. Motivated by this awareness, at the end of 2003 a group of representatives of NGOs working with forest protection in Brazil decided to join efforts to unravel the following problem: how is growing international demand for soy affecting deforestation in the Amazon?

The answer, which today sounds obvious, at the time lacked data and consistent technical analysis. The general impression then was that the great villain of regional deforestation was the timber industry, operating illegally for the most part.

A group of people, however, was aware of the linkages between soybean plantations and the destruction of Amazonian ecosystems. Adriana Ramos points out that "Professionals from organizations working in the Amazon were witnessing the expansion of soybean plantations and the resulting destruction of forests and rivers, including the impact of this expansion on local communities". She

represents the Socioenvironmental Institute (ISA) and coordinates the Forests Working Group (GT de Florestas), which is part of the Brazilian Forum of NGOs and the Social Movement for the Environment and Development (FBOMS).

This evidence was particularly irrefutable in the center-northern region of the state of Mato Grosso, an ecologically sensitive area of transition between the Brazilian savanna and the Amazon forest where important headwaters, such as the Xingu and Teles Pires rivers, are located. This region also contains an extensive mosaic of indigenous lands, including the famous Indigenous Park of Xingu, which is suffering from massive pollution of rivers and streams caused by pesticides and fertilizers used increasingly on upstream farms and ranches, as well as growing invasions of Indian lands by non-Indians.

In 2003, public opinion believed that deforestation in the Amazon was caused chiefly by the illegal timber industry



Global context favorable to deforestation

The NGOs' concern about the social and environmental impacts of the soy expansion in this interior region of Brazil – administratively known as Legal Amazon – was aggravated by the prospect of increased demand for soy worldwide. In July of 2003, the Brazilian government received a Chinese mission “with the main objective of studying the production and transportation of soy” to guide “Chinese investments in these areas”, according to official publications from the Brazil-China Chamber of Commerce and Industry.

In 2004, the Forests Working Group defined the initial criteria for buying soy from Brazil

Along with soy, beef exports were also growing rapidly.

At the same time, Brazilian economic policy was based on obtaining high primary superavits to finance the payment of the external debt and gain confidence

from the international market about the intentions of the new government installed in Brasilia. The strong performance of the agriculture sector was a constant topic in the media, as well as in the discourse of Brazilian authorities, ignoring the environmental and social impacts of the expansion of grain and beef production.

In such adverse circumstances, the Forests Working Group organized a series of meetings aimed at discussing these contradictions, which at the time were not understood by public opinion. At the beginning of 2004 the group produced a document entitled “Minimum criteria for cultivating soybean in forested areas”, which served as a basis for initiating dialogue with interest groups that comprise the soybean market chain. The

goal was to promote the adoption by buyers of

criteria that took into account the origin of the product from forested areas. The document included five criteria, basically demanding that buyers and marketing financiers only finalized deals with soy producers located outside of recently deforested areas and whose production was compliant with current agrarian, environmental and labor policies.

The document was presented during a meeting with the then minister of Agriculture, Roberto Rodrigues, with the purpose of convincing him to impose order in the marketing of grains from the Amazon region, by intermediating negotiations between the associations of producers, traders and financing agencies. A successful agro-business entrepreneur, Rodrigues raised doubts about the problem presented and attributed deforestation to timber exploration. He agreed, however, with the need for more technical studies about the relationship between deforestation and soy expansion, which could serve as a basis for defining measures to face the problem, if indeed it was confirmed.

The “state-of-art” of soy in the Amazon

With resources from USAID-Brazil Small Grants Fund, the organizations composing the Forests Working Group hired two specialized consultancies to prepare state-of-art products about the impact of soy on land use conversion in different Brazilian ecosystems. The first consultancy was designed to gather data and information about the main social conflicts related to soy expansion, and to present, based on the minimum criteria document, ways of creating buying policies that include mitigation of the environmental impacts and the social problems that were identified, with suggestions to avoid future impacts.

The second consultancy was targeted at developing a spatial mapping of soy expansion in the Legal Amazon region, specifying its dynamics, the changes in land use – from forest to soy or cattle ranching – and the current and potential social conflicts. The expected product should also delineate scenarios resulting from soy expansion (area and spatial distribution), identifying overlaps with protected areas and other forms of land use.

Finally, the expected product should



present a mapping of the available altered areas in the Amazon and Cerrado ecosystems, where new plantations of soy could be implemented, and it should also identify the limiting factors for soy expansion in the Amazon, in order to define production ceilings by region.

With a preliminary version of the studies in hand, containing enough data and analysis to demonstrate the direct and indirect links between soy expansion and deforestation in the Legal Amazon, the Forests Working Group obtained new support from the Small Grants Fund, this

time to organize seminars to consolidate its conclusions and prepare a new meeting with the Minister of Agriculture. In December of 2004 these conclusions were presented to the Minister Roberto Rodrigues, during a meeting in São Paulo, where representatives of banks, traders and entities from the agriculture sector were also present.

Conclusion: deforestation is lucrative

Two studies were produced which, in short, revealed the dynamics of soy expansion in both the older frontier region, opened in the 1990s, and the more recently deforested regions. The first study focused on the largest deforestation areas registered between 2000 and 2003, in northern Mato Grosso, and it revealed that, initially, loggers arrive and open trails in the forest to extract commercially valuable timber. Next, cattle ranchers occupy the depleted area, intensifying the process of deforestation and burning of the vegetation to fertilize the soil. Almost immediately, they plant pastures. Once the productivity of the pastures, generally poorly managed, is exhausted, soy arrives.

This study verified that, in Mato Grosso, the interval between deforestation and mechanized production of grains was becoming shorter, from an average of five years in the 1990s to approximately two to three years. In 20% of the cases studied, there was a direct transition from deforestation to soy, without passing through the stage of cattle ranching. This study also demonstrated that soy was one of the vectors leading directly to deforestation in the regions with enough infrastructure for transport of soy to market, and with favorable topographic and climatic conditions.

One of the studies demonstrated that soy was “pushing” cattle ranching to forested areas, therefore increasing deforestation

The second study demonstrated that, even though the total herd size in Mato Grosso had grown in municipalities where soy production had increased, there was also increased deforestation and reduced cattle ranching. The conclusion was that the soy plantations were “pushing” cattle ranching to new dense tropical forest areas.

In summary, the Forests Working Group concluded that “in the areas of soy expansion, it is the profitability of cattle ranching, followed by the transformation or sale of the land for intensive agriculture, which signals that deforestation and the conversion of forests into pastures are lucrative activities”. As property rights are assured by the physical occupation of the land – much more important than any other property documentation --, land-grabbers or squatters occupied the land to guarantee its subsequent transference to new agents, who were averse to the relatively higher risks present at the beginning of the process.

After the presentation, the Minister discussed the importance of soy for

the Brazilian economy, and considered that the analysis and data presented were convincing. He recognized that the expansion of the agricultural frontier on the Amazon region was a fact, and therefore it was among the causes of increased deforestation in the region. He said, however, that this dynamic was being stimulated by the international demand for grain and beef, and that the federal government wasn't playing any role to motivate this dynamic.

Faced with the facts, minister Rodrigues announced that the Ministry of Agriculture was going to undergo a re-organization soon, and during this process a new Secretary of Strategic Planning and International Issues was going to be established. He promised to open the agenda of this new Secretary with a consistent discussion about the expansion of agro-business and its impacts on the environment, linked with its insertion in global markets. Rodrigues left the government in June of 2006, without managing to accomplish the planned reforms.

What is the Brazilian Forum of NGOs

The Brazilian Forum of NGOs and the Social Movement for the Environment and Development (FBOMS) were created in 1990, with the objective of organizing the participation of the Brazilian civil society at the United Nations Conference on Environment and Development, which took place in Rio de Janeiro, Brazil, in 1992. Since then, the Forum follows up and tries to influence public policies that affect the environment, human rights and development in the country.

In 1997, the Forum organized its operational method around thematic groups, linking the entities according to their affinities and interests. At this time the Forests Working Group was created, coordinated by the Socioenvironmental Institute (ISA), including 22 institutions and networks countrywide, representing approximately 700 entities.

The work of the Forests Working Group about the relationship between soy and deforestation in the Amazon, supported by USAID-Brazil Small Grants Fund, involved contributions from seven different organizations, but focused mainly on two institutions: Friends of the Earth – Brazilian Amazon, and Imaflora. The results and final conclusions of the studies were published in the issue “Relationship between soy plantation and deforestation – understanding the dynamic” edited by FBOMS in 2005.



Randall Chacon

Subsequent Developments

After the studies the debate changes and traders accept purchasing criteria

The efforts led by the Forests Working Group and aimed at understanding the influence of soy production on deforestation in the Legal Amazon produced several results. According to the Group participants, one of its major accomplishments was the change in public perception about the environmental and social impact of soy in the Amazon.

The growing acceptance of the linkages between soy and deforestation in the Amazon created a space of dialogue for traders to discuss criteria for marketing products from the region, involving the government in some cases. In Mato Grosso, for example, the state government used the results of the studies as a basis to improve the licensing system for rural properties.

Since then, new initiatives between NGOs and the productive sector emerged, such as the Articulation Soy-Brazil, led by a coalition of entities from FBOMS; the “soy moratorium” and the subsequent creation of the Soy Working Group, led by Greenpeace; and the Brazilian Initiative for the Creation of a Verification System

for the Agricultural Sector, led by Friends of the Earth – Brazilian Amazon, which includes the ex-minister of Agriculture Roberto Rodrigues among its partners. In larger or lesser degrees, these initiatives produced positive results. Internally, it helped impose some order on soy and beef production in the Amazon and, externally, it helped sensitize buyers and consumers about their responsibility in the process.

At the end of May of 2007, the soy industry announced the intention of including, in its policy for the next harvest, the decision of not financing producers who had promoted deforestation in new areas in the Amazon. Representatives of the traders announced this intention during a coordination meeting of the Soy Working Group, in Brasilia. This Group gathers important institutions of the grain market, such as the Brazilian Association of the Vegetable Oil Industry (Abiove), the National Association of Cereal Exporters (Anec), representatives of soy marketing enterprises, NGOs and countrywide social movement entities.

Small Grants: “fast and non-bureaucratic”

Between the first meeting with the then minister of Agriculture and the publication of results in the issue “Relationship between soy and deforestation – understanding the dynamic”, entities which led the initiative of the Forests Working Group and FBOMS obtained US\$ 20 thousand from the Small Grants Fund, utilized at different stages of the process.

According to Adriana Ramos, coordinator of the Group and representative of the Socioenvironmental Institute, this USAID Fund has the great merit of “making available small funds, without imposing many conditions, permitting complementary funding of projects supported by other sources”. Ramos also highlights the “quickness, lack of bureaucracy and understanding of the importance of the themes, all of which are based on the knowledge of IEB, the institution responsible for managing the fund, about the reality of Brazilian organizations”. Roberto Smeraldi, director of Friends of the Earth – Brazilian Amazon, responsible for the coordination of part of the studies, agrees: “It was fast and non-bureaucratic, focusing on results, which was essential to the process”.



Trilhas para o futuro no campo minado de Rondônia

Em meio a conflitos com invasores, etnias de três áreas no estado celebram parcerias, com ONG brasileira, destinadas à gestão ambiental de seus territórios, à produção econômica e à valorização de suas culturas. Apoio do Small Grants permitiu finalizar documentários sobre os projetos.

Em janeiro de 2007, a divulgação de um mapeamento atualizado da situação da Amazônia brasileira apontou o estado de Rondônia como o campeão de desmatamento na região. Realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por solicitação do Ministério do Meio Ambiente, o levantamento constatava que 28,5% de sua cobertura vegetal já havia sido eliminada - área equivalente a 67.976 quilômetros quadrados (converter para hectares), superior à soma dos territórios dos estados do Rio de Janeiro e Alagoas. Até 1978, segundo o IBGE, esse percentual era de apenas 1,76%.

A eliminação de tamanho volume de biomassa, em tão curto espaço de tempo, decorreu de projetos governamentais de desenvolvimento que, entre os anos 1970 e 1980, abriram uma rodovia - a BR-364 - e transferiram milhares de famílias de colonos para assentamentos instalados ao longo de seu traçado. Garimpos, empresas madeireiras e fazendas de gado completaram o serviço. Segundo o governo estadual, há, atualmente, 12 milhões de cabeças de gado em um estado cuja população é de cerca de 1,4 milhões de habitantes.

Localizada na fronteira oeste do Brasil, Rondônia ocupa uma região de transição entre o cerrado e a floresta tropical densa, no chamado arco do desmatamento - área onde ficam os municípios amazônicos com maiores taxas de desmatamento anuais. A maior parte do que resta de sua vegetação original está localizada em unidades de conservação e em terras indígenas. Diante da escassez de terras e recursos naturais em lugares acessíveis, essas áreas legalmente protegidas viraram alvo de invasões, realizadas, muitas vezes, com a complacência de técnicos de órgãos governamentais e políticos locais.

Diante da escassez de terras e recursos naturais, áreas protegidas viraram alvo recorrente de invasões.

Gestão “etnoambiental” do território

Na conflagrada paisagem rural de Rondônia, uma organização da sociedade civil se destaca pelo trabalho em defesa do uso sustentável dos recursos naturais. Fundada, em 1992, por militantes e indigenistas, a Kanindé Associação de Defesa Etnoambiental presta assessoria técnica e política a povos indígenas na elaboração e implementação de projetos que conciliem defesa territorial, conservação e uso econômico dos recursos naturais, e valorização de suas culturas. São três as terras indígenas assessoradas no estado: Igarapé Lourdes, Uru-Eu-Wau-Wau e Sete de Setembro, que tem cerca de metade de seu território no estado do Mato Grosso. Juntas, somam 2,3 milhões de hectares. As duas últimas, por abrigarem recursos naturais abundantes e estarem acessíveis a partir da rodovia BR-364, sofrem invasões recorrentes de madeireiros e de colonos supostamente sem terras.

Por causa das conseqüências do contato com as frentes de expansão econômica, as seis etnias que vivem nessas áreas (veja quadro) dependem, hoje, de bens industrializados, que compram ou trocam por mercadorias nos centros urbanos mais próximos. Ao mesmo tempo, a convivência com regionais, funcionários de agências indigenistas e, principalmente, missionários evangélicos, resultou em um gradual abandono das formas de organização social e práticas culturais tradicionais.

A assessoria prestada aos índios pela Kanindé visa a fornecer-lhes meios, não apenas para defender os seus territórios, mas, sobretudo, para promover uma gestão mais eficiente dos recursos naturais de que dispõem. Tem, adicionalmente, o intuito de dar-lhes condições de compreender e manejar, de uma forma mais vantajosa, a relação com os não-índios. Por isso, os recursos financeiros levantados são geridos pelas próprias associações indígenas.

Segundo Ivaneide Bandeira, coordenadora de Projetos da Kanindé, a entidade apoiou, em 1998, a Organização Metareilá, dos índios Paiter (conhecidos também como Suruí), na realização de um diagnóstico da Terra Indígena Sete de Setembro, com a finalidade de conhecer suas potencialidades e elaborar um plano de gestão territorial.

Os objetivos desse esforço foram estabelecidos em uma conferência com as etnias de Rondônia: promover atividades que tragam benefícios econômicos de longo prazo para a população; incrementar a autonomia dos índios frente aos órgãos oficiais; apoiar o uso econômico dos recursos naturais e protegê-los de ameaças externas. A iniciativa junto aos Paiter suscitou o interesse de outros povos da região na realização de diagnósticos “etnoambientais” e, a partir destes, de planos de gestão territorial. O alto custo de cada projeto – cerca de R\$ 400 mil – resultou em que, além da Sete de Setembro, somente a Terra Indígena Igarapé Lourdes conseguisse ter um plano de gestão elaborado com o apoio da Kanindé.

Terras indígenas e etnias apoiadas pela Kanindé em Rondônia

Nome da terra indígena	Povos indígenas	Área (em hectares)
Igarapé Lourdes	Arara Karo e Gavião	185.534
Sete de Setembro	Paiter (Suruí)	247.870
Uru-Eu-Wau-Wau	Jupaú (Uru-Eu-Wau-Wau) Amondawa Urupá In	1.867.117

Fontes: Kanindé e Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org.br)

Oficinas de artesanato e a recelebração do Mapimái

Realizado com recursos do governo brasileiro e de uma ONG européia, o diagnóstico etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro apontou para a necessidade de se investir no reflorestamento de áreas desmatadas por colonos expulsos no início dos anos 80. As demandas materiais e de saúde dos Paiter levaram, posteriormente, à formulação de um projeto de fortalecimento cultural e de apoio à produção de artesanato para venda, denominado “Projeto de Apoio à Valorização do Povo Paiter”.

Além do reflorestamento das zonas nordeste e sul da terra indígena – levado a cabo com recursos doados por uma entidade não-governamental, que custeou o plantio de 25 mil mudas -, o Projeto previa a realização de oficinas nas quais os homens e mulheres mais velhos repassariam técnicas de produção de artesanato aos jovens. No passado, porém, a transmissão desses saberes estava associada a um calendário de festas e de intercâmbio entre os diferentes clãs paiter.

“Os índios mais velhos não gostaram da idéia de fazer apenas as oficinas, num ambiente parecido ao de um curso, tendo que assinar listas de presença etc. Eles quiseram fazer os rituais do

Mapimái, quando ocorria a transmissão de conhecimentos entre as gerações”, recorda Ivaneide Bandeira.

Festa de criação do mundo, o Mapimái era composto por uma sucessão de rituais desencadeados pela “provocação” de um clã que, em uma furtiva visita ao clã rival, demandava beber o iatir – caldo fermentado feito de mandioca, milho e cará. A partir daí, tinha início um calendário de atividades envolvendo produção, cantos, danças e visitas mútuas que durava cerca de um ano. Em certos momentos, como na caça, no plantio e na colheita de mandioca, havia cooperação entre os clãs. Em outros, como na confecção dos enfeites, adereços, pinturas corporais e objetos de uso cotidiano, havia uma disputa inspirada pela nobre finalidade de oferecer ao rival o melhor produto possível.

Em 2003, quando se discutiu a organização das oficinas de artesanato, fazia 15 anos que os Paiter haviam abandonado o Mapimái. A oportunidade de celebrá-lo novamente, com a participação das novas gerações, ensejou a idéia de se produzir um documentário em vídeo, cuja finalização e reprodução contaram com o apoio do Small Grants, da USAID. Premiado, o documentário tem sido utilizado para dar aos regionais uma compreensão maior sobre o modo de vida Paiter (veja box a respeito).

Os índios conciliam as atividades produtivas ao esforço de vigilância da área, que continua sendo invadida por mineradores e madeireiros.

Uru-Eu-Wau-Wau investem na produção de farinha e óleo de copaíba

A assessoria prestada pela Kanindé às etnias da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau vem desde o início da década de 1990, quando seus técnicos denunciaram, publicamente, o escritório da Funai em Rondônia por incentivar os índios a aceitarem contratos de venda de madeiras nobres com empresas que haviam invadido a área.

Demarcada apenas em 1991 – apesar de um longo histórico de conflitos entre índios e forasteiros, desde o início do século 20, com muitas mortes de ambos os lados –, a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau abrange 1,87 milhões de hectares, localizados na parte central do estado, abrigando ainda o Parque Nacional Pacaás Novos, com 765 mil hectares. Em seu interior estão as nascentes de importantes rios de Rondônia, que abastecem 17 municípios e movem as turbinas da Usina Hidrelétrica de Samuel, a maior da região. Além dos cerca de 350 índios que mantêm contato com a sociedade regional, há notícias da existência de índios arredios vivendo em pontos isolados dessa área indígena.

Mesmo oficialmente demarcada, a terra Uru-Eu-Wau-Wau continua sendo alvo de invasões recorrentes de colonos protegidos por políticos locais e por funcionários de órgãos governamentais, de mineradores e de empresas madeireiras. A Kanindé avalia que algo entre 80 a 90% da madeira que chega às serrarias de Rondônia seja extraída ilegalmente de terras indígenas e unidades de conservação.

Nesse ambiente, a Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau iniciou a implantação de um projeto de apoio à produção agroambiental, formulado

com a assessoria técnica da Kanindé. Amparado por um plano de gestão do território e por um plano de manejo florestal, o Projeto possibilitou aos Uru-Eu-Wau-Wau se organizarem para a produção de farinha de mandioca, muito apreciada no mercado regional, e de um óleo com propriedades terapêuticas, extraído de uma árvore amazônica, a copaíba (*Copaifera* sp).

A instalação da infra-estrutura, a compra de equipamentos para a produção e a capacitação dos índios contaram com o apoio financeiro de várias fontes governamentais e não-governamentais, entre as quais a USAID. Integradas ao cotidiano dos Uru-Eu-Wau-Wau, as atividades produtivas são combinadas com o esforço de proteção da área contra invasores, que lhes toma muito tempo. E, a exemplo do que ocorreu com o apoio aos Paiter, o Projeto também foi documentado, originando o vídeo “Produto de Índio” (leia box sobre os vídeos).

A farinha produzida é inteiramente comercializada em cidades da região. Já o óleo de copaíba, embora tenha boa aceitação em mercados locais de fitoterápicos, começa a ser comercializado em cidades distantes. Atualmente, os índios buscam certificar sua produção como orgânica, de forma a ampliar mercados e agregar valor ao produto. Em 2006, a associação indígena vendeu 600 litros de óleo de copaíba.

Assessoria aos índios da Terra Indígena Igarapé Lourdes

Diferentemente do que ocorre nas duas outras áreas onde a Kanindé desenvolve trabalhos em Rondônia, a Terra Indígena Igarapé Lourdes não enfrenta um permanente assédio de invasores. Demarcada desde 1983, com 185 mil hectares, foi a primeira a realizar, com a

assessoria da Kanindé, um diagnóstico de suas potencialidades naturais visando à preparação de um plano de gestão da área.

Esse trabalho possibilitou a elaboração do Plano de Manejo de Recursos Florestais Não-Madeireiros, direcionado para a exploração, pela associação indí-

gena, do óleo de copaíba e dos frutos de duas palmáceas regionais, o açai (Euterpe oleracea Mart.) e o babaçu (Orbignya phalerata Mart.). O apoio às atividades produtivas e culturais dos índios Gavião, que habitam a área, está sendo registrado em um vídeo que deverá ser finalizado em breve.

Vídeos participam de mostras e ganham prêmios

Apoio do Small Grants permitiu fazer cópias dos filmes para distribuí-los a escolas e outras entidades do estado.

A iniciativa de documentar, em vídeo, os projetos desenvolvidos tem como objetivo permitir que a sociedade regional conheça melhor as condições e o modo de vida dessas etnias. Os vídeos foram produzidos com recursos oriundos de diferentes fontes de apoio, governamentais e não-governamentais.

Em 2003, diante da insuficiência de recursos para produzir cópias dos filmes, para distribuí-los a escolas públicas e outras entidades do estado, seus realizadores buscaram o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) com a finalidade de obter recursos do Small Grants, da USAID. Obtiveram US\$ 15 mil (aproximadamente R\$ 30 mil) para essa finalidade.

O primeiro dos vídeos, “Mapimaí: A Festa da Criação do Mundo Segundo o Povo Paiter”, é um registro de 38 minutos da retomada de rituais que os índios Paiter haviam abandonado há 15 anos. Dirigido por Alexis Bastos – diretor também dos outros dois filmes -, “Mapimaí” foi selecionado, em 2005, pelo governo brasileiro, para a mostra de filmes do Ano do Brasil na França, tendo sido exibido, ainda, na exposição denominada “Amazônia BR”. Em 2006, foi escolhido para competir na I Mostra Amazônica do Filme Etnográfico, na categoria média metragem, e conquistou o Prêmio Culturas Indígenas, concedido pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (MEC).

O segundo documentário, “Produto de Índio”, exibe, em 17 minutos, o impacto positivo do projeto de apoio à produção agroambiental dos Uru-Eu-Wau-Wau. Foi, também, premiado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do MEC. A premiação obtida pelos dois filmes, no valor de R\$ 15 mil cada, foi investida, pelas associações indígenas, nos projetos documentados. O terceiro vídeo, que registra o apoio aos índios Gavião da Terra Indígena Igarapé Lourdes, deverá estar concluído em breve.

Future pathways in the mined field of Rondonia

In the midst of conflicts with invaders, ethnic groups from three areas of the state of Rondonia established a partnership with a Brazilian NGO dedicated to the environmental management of their territories, the economic production and the cultural valorization. Support from the Small Grants Fund enable documentaries on this project to be concluded.

In January of 2007, the publication of an updated mapping of the situation of the Brazilian Amazon pointed out the state of Rondonia as the champion of deforestation in the region. The survey, requested by the Ministry of the Environment and developed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), demonstrated that 28.5% of the state's forest had already been eliminated – an area of approximately 6.8 million ha, greater in size than the states of Rio de Janeiro and Alagoas. Until 1978, according to IBGE, the percentage of deforestation in the state of Rondonia was only 1.76%.

The elimination of this formidable area of forest in such short period of time was caused by government development projects between 1970 and 1980, which led to the opening of a highway -- BR-364 – and to the transfer of thousands of families to settlements spread along the highway. Miners, timber companies and cattle ranching farms completed the job. According to the state government, there are currently 12 million heads of cattle in a state with a population of 1.4 million people.

Located at the western frontier of the Brazilian Amazon, Rondonia straddles a transition zone between cerrado and dense tropical forest, in the

so-called arc of deforestation – an area including the Amazonian municipalities with the highest annual rates of deforestation. Most of the remaining original vegetation is located in protected areas and indigenous lands. Due to the scarcity of accessible land and natural resources, these protected areas became targets for invasion, often carried out with the compliance of representatives of governmental agencies and local politicians.

Due the scarcity of land and natural resources, protected areas became recurring targets for invasion.

“Ethno-environmental” management of the territory

In Rondonia's rural landscape, a civil society organization, the Kanindé Association of Ethno-environmental Defense (Kanindé), stands out for its work in defense of the sustainable use of natural resources. Founded in 1992 by environmental militants and specialists in indigenous people, Kanindé offers technical and political assistance to indigenous peoples, helping them to prepare and implement projects that reconcile territorial defense, conservation and economic use of natural resources, and cultural valorization. Kanindé provides technical assistance for three indigenous areas in the state: Igarapé Lourdes, Uru-Eu-Wau-Wau and Sete de Setembro, which have approximately half of their territories in the neighboring

Technical assistance offered to the Indians is aimed at providing them with the ability to defend their territories and manage their natural resources.

state of Mato Grosso. These areas total 2.3 million ha in size. The last two, containing abundant natural resources and accessible by the BR-364 highway, are invaded repeatedly by loggers and supposedly landless colonists.

Due to contact with rapidly expanding frontiers, the six ethnic groups living in these areas (see table) currently depend on industrialized goods that they purchase or exchange in nearby urban centers. At the same time, the intimacy of contact with settlers, staff from indigenous agencies, and especially evangelical missionaries, has led to a gradual abandonment of traditional cultural practices and social organization.

The technical assistance offered to the Indians by Kanindé aims at providing them with the ability to defend their territory, and moreover, to manage efficiently their natural resources base. In addition, this technical assistance aims at providing an ability to understand and manage more efficiently their relationship with non-Indians. To empower their partners, Kanindé transfers the funds it raises directly to the Indian associations,

which assume responsibility for financial management.

In 1998 Kanindé supported the Metareilá Organization of the Paiter Indians (also known as Suruí) to carry out a diagnostic survey of the indigenous land Sete de Setembro, as a basis for preparing a territorial management plan.

Defined during a meeting with the ethnic groups of Rondonia, the objectives of this survey were to: (1) promote activities that generate long-term economic benefits for the population; (2) improve the Indians' autonomy in relation to governmental agencies; and (3) support the economic use of natural resources while protecting them from external threats.

The initiative with the Paiter raised the interest of other indigenous peoples of the region to carry out "ethno-environmental" surveys, and from there, prepare territorial management plans. However, the high cost of each project – approximately 400 thousand reais – only allowed for the development plan for the indigenous land of Igarapé Lourdes, besides Sete de Setembro, with support from Kanindé.

Indigenous lands and ethnic groups supported by Kanindé in Rondonia

Name of the indigenous land	Indigenous peoples	Area (in hectares)
Igarapé Lourdes	Arara Karo and Gavião	185.534
Sete de Setembro	Paiter (Suruí)	247.870
Uru-Eu-Wau-Wau	Jupaú (Uru-Eu-Wau-Wau) Amondawa Urupá In	1.867.117

Sources: Kanindé e Socioenvironmental Institute (www.socioambiental.org.br)



Arts-and-crafts workshops and the re-celebration of the Mapimáí rituals

Implemented with funds from the Brazilian government and also from a European NGO, the ethno-environmental survey of Sete de Setembro revealed the need to invest in the reforestation of lands that were cleared by settlers expelled in the beginning of 1980. The Paiter had material and health demands that led, afterwards, to the preparation of a project, entitled “Support for the Valorization of the Paiter People”, to support arts-and-crafts production and sale, and to strengthen their culture.

In addition to the reforestation of the northeast and southern zones of the indigenous land, which involved planting of 25,000 seedlings with funding from an NGO, this project planned to support –workshops in which elder taught techniques of arts-and-crafts production to younger generations. In the past, however, this transmission of knowledge was linked to a calendar of celebrations and exchanges between different Paiter clans.

“The older Indians didn’t like the idea of only having workshops, as in a course, having to sign participation lists and etc. They wanted to perform the rituals of the Mapimáí, when the transmission of knowledge between generations took place”, says Ivaneide Bandeira, the project coordinator.

In a feast to celebrate the creation of the world, the Mapimáí rituals

included successive activities initiated by a “provocation” by one clan, which would pay a secret visit to a rival clan, demanding to drink the “iatir” – a beverage made with the fermented juice of manioc, corn and “cará” (an edible tuber). From there, a whole calendar of activities involving production, songs, dances, and exchange visits was set in motion for approximately one year. Sometimes, such as during the seasons for hunting and planting and harvesting of manioc, the clans cooperated. At other times, such as while manufacturing adornments, body painting, and producing other useful artifacts, there was a dispute between clans, inspired by the noble goal of offering the best possible product to the rival.

In 2003, when discussions began on the arts-and-crafts workshops, it had been 15 years since the Paiter had abandoned the Mapimáí rituals. The opportunity

to celebrate these rituals again, with participation of younger generations, led to the idea of documenting it in video.

The **USAID-Brazil Small Grants Fund** supported the conclusion and reproduction of this video. This documentary received different awards, and it has been used to provide regional people with a better understanding about the way of life of the Paiter (see box).

The Indians reconcile their productive activities with vigilance of the area, which continues to be invaded by miners and loggers

Uru-Eu-Wau-Wau invest in the production of manioc flour and copaiba oil

The technical assistance provided by Kanindé to the ethnic groups of the Uru-Eu-Wau-Wau Indigenous Land initiated in the decade of 1990, when Kanindé staff publicly denounced Funai's office in Rondonia for stimulating the Indians to accept contracts for sale of valuable timber to loggers that had invaded the area.

Only demarcated in 1991 – despite a long history of conflicts between Indians and settlers since the beginning of the 20th century, with many deaths on both sides --, the Uru-Eu-Wau-Wau Indigenous Land includes 1.87 million ha. Located at the central part of the state, this area also encompasses Pacaás Novos National Park, with 765 thousand ha. Within the Indigenous Land are headwaters of important rivers that supply fresh water to 17 municipalities and also move the turbines of the Samuel Hydroelectric dam, the largest in the region. In addition to the approximately 350 Indians who maintain contact with the regional society, there is evidence of the existence of uncontacted Indians living in isolated points of this indigenous area.

Even officially demarcated, the Uru-Eu-Wau-Wau land continues to be a target to recurring invasions by settlers, miners and loggers, protected by local politicians and by staff of government agencies. Kanindé estimates that between 80% and 90% of the timber that arrives at the sawmills in Rondonia is illegally extracted from indigenous lands and protected areas.

In this environment, the Association of the Uru-Eu-Wau-Wau Indigenous People initiated the implementation of a project to support agro-environmental

production, prepared with technical assistance from Kanindé. Supported by a territorial management plan and a forest management plan, the project enabled the Uru-Eu-Wau-Wau to organize themselves for producing manioc flour, much appreciated in the regional market, as well as copaiba oil, with many therapeutic properties, extracted from an Amazonian tree (*Copaifera* sp).

Several government and non-government sources, including USAID-Brazil, provided financial support for installing infrastructure, acquiring equipment for production and building the Indians' capacity. The productive activities performed by the Uru-Eu-Wau-Wau are integrated in their daily lives and also linked to their efforts of protecting the area against invaders, which consumes considerable time. One example of the outcome generated with the support provided to the Uru-Eu-Wau-Wau is the video documentary "Indian Product" (read box about the videos).

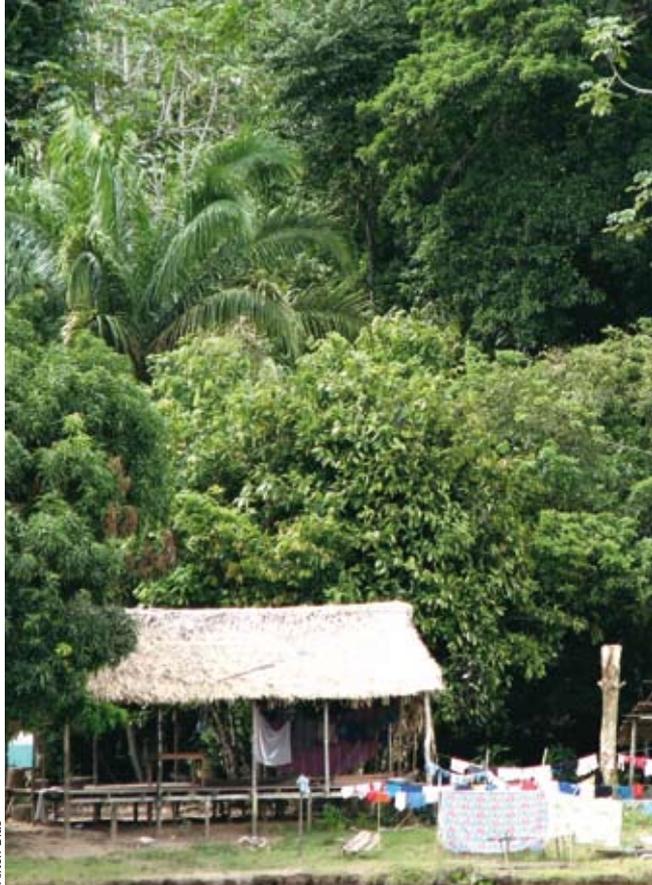
All the manioc flour that they produce is marketed in the nearby urban centers. As for the copaiba oil, which is widely accepted in the local markets for herbal medicines, it is beginning to be commercialized in more distant markets. Nowadays, the Indian are searching organic certification for their products, as a way of opening new markets and aggregating value to these products. In 2006, the indigenous association sold 600 liters of copaiba oil.

Technical assistance to the Indians from the Indigenous Land Igarapé Lourdes

In contrast to what occurred in the other two areas where Kanindé works in Rondonia, the Igarapé Lourdes Indigenous Land does not face the same constant siege from invaders. Igarapé Lourdes has been demarcated since 1983, with 185

thousand ha, and it was the first one to carry out, with technical assistance from Kanindé, a complete survey of its natural resources as a basis for preparing a management plan for the area.

This effort led to the preparation of a Management Plan for Non-Timber Forest Resources, focused on the exploration of copaiba oil and the fruits from two regional palm trees, açai (*Euterpe oleracea* Mart.) and babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.), by the indigenous association. The support to the productive and cultural activities of the Gavião Indians, who live in the area, is being documented in a video soon to be concluded.



Ailton Dias

Videos that won awards

The support from the Small Grants Fund allowed the reproduction and distribution of the videos to schools and state organizations

The initiative of documenting the projects in video enabled the regional society to learn more about the lives and conditions of these ethnic groups. The videos were produced with resources from different sources, both governmental and non-governmental.

In 2003, due to a lack of resources to reproduce these videos and distribute them to public schools and other state institutions, Kanindé contacted the International Institute of Education in Brazil (IEB), seeking financial support from USAID-Brazil Small Grants Fund. They obtained US\$ 15 thousand for their project.

The first video, “Mapimai: The Feast of the Creation of the World According to the Paiter People”, is a 38-minute documentary of rituals that the Paiter Indians had abandoned 15 years ago. Directed by Alexis Bastos – also director of other films –, “Mapimai” was selected in 2005 by the Brazilian government to participate at the film exhibition Year of Brazil in France, and it was also shown at the exhibit “Amazon BR”. In 2006, this video was selected to compete on the First Amazon Exhibit of Ethnographic Film, in the medium-length category, and it won the Indigenous Cultures Prize, awarded by the Secretary of Cultural Identity and Diversity of the Ministry of Culture (MEC).

The second documentary, “Indian Product”, presents in 17 minutes the positive impact of the project that supports agro-environmental production by the Uru-Eu-Wau-Wau. This video also received an award from the Secretary of Cultural Identity and Diversity of MEC. The awards received by both videos, 15 thousand reais each, were re-invested by the indigenous associations in the documented projects. A third video, which documents the support to the Gavião Indians from the Igarapé Lourdes Indigenous Land, should be concluded soon.



Agentes indígenas em ação nas florestas do Acre

No extremo oeste da Amazônia brasileira, jovens indígenas cumprem papel relevante na conservação de serviços ecológicos gerados pela floresta. Apoio recebido do fundo Small Grants propiciou soluções para problemas que comprometiam a efetividade de seu trabalho.

O estado do Acre tem 15% de seu território recoberto por terras indígenas, protegendo áreas que ostentam alguns dos mais altos índices de diversidade biológica da Amazônia. Nelas, vivem cerca de 10 mil índios, de 12 diferentes etnias, que acumulam um vasto repertório de conhecimentos sobre as espécies que ali vicejam, bem como praticam formas de manejo que legaram, aos dias atuais, florestas tropicais bem conservadas.

No entanto, a integridade desse patrimônio cultural e ecológico sofre ameaças constantes. Hoje, mesmo legalmente demarcadas, a maioria dessas áreas é alvo de invasões realizadas por caçadores, madeireiros e outros intrusos que dilapidam a floresta e subtraem dos índios recursos essenciais aos seus modos de vida.

Ao mesmo tempo, o intenso contato com os não-índios resultou no carreamento, para dentro das aldeias, de resíduos de bens industrializados, tornando o lixo uma questão ambiental séria para algumas etnias. Há, adicionalmente, problemas decorrentes de serviços prestados pelo poder público e riscos inerentes ao crescimento demográfico da população indígena, o que traz insegurança quanto à disponibilidade de alimentos no futuro. Da necessidade de formular e disseminar respostas a essas e outras questões, surgiu o agente agroflorestal indígena.

Estilo indígena para problemas de branco

A formação de jovens indígenas para executarem papéis que, em tese, caberiam ao Estado brasileiro foi uma iniciativa da organização não-governamental Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), iniciada em 1983. Seu objetivo é dar condições às próprias comunidades de minimizar a dependência dos serviços prestados por órgãos governamentais



e, assim, gerir seus próprios destinos. Começou com a formação de professores indígenas, para que assumissem a educação nas escolas instaladas nas aldeias, e evoluiu para a formação de agentes de saúde e, a partir de 1996, de agentes agroflorestais.

A formação desses profissionais indígenas tem como base pedagógica o conceito de “autoria”. Por essa pedagogia, a identificação dos problemas e a formulação das soluções são construídas combinando os novos conhecimentos e técnicas apropriadas pelos índios com as tradições que cada indivíduo traz de seu povo. Seria, em resumo, um estilo indígena de compreender a origem dos problemas causados pelo longo contato com os brancos, refletir a respeito e elaborar soluções para eles.

Segundo esclarece a própria CPI-AC, “tal perspectiva educacional gerou práticas de formação profissional voltadas à conservação e à gestão ambiental, segundo um currículo específico formulado e desenvolvido, ano a ano, em conjunto com membros destes povos indígenas”. Atualmente, há 107 agentes agroflorestais formados.

De fiscal a diplomata

Com carga horária intensiva de 300 horas, a formação de agentes agroflorestais indígenas concilia aulas teóricas e práticas, ministradas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Os cursos ocorrem no Centro de Formação dos Povos da Floresta, escola montada pela CPI-AC, em uma área de 26 hectares na zona rural de Rio Branco (capital do Acre), e oficialmente reconhecida pela Secretaria de Educação do Acre.

As aulas dadas no Centro são complementadas por oficinas realizadas em aldeias e por visitas a institutos de

pesquisa e a outras experiências consideradas relevantes para a formação dos agentes. Em uma região onde o contato entre índios e brancos é intenso, cultura, território e meio ambiente são conteúdos essenciais.

Uma vez em atividade, os agentes agroflorestais indígenas passam a lidar com uma vasta agenda que exige deles não apenas conhecimentos técnicos, mas também disponibilidade e, sobretudo, diplomacia para dialogar com os demais membros das aldeias, os habitantes do entorno das terras indígenas e representantes do poder público.

Assim, além da responsabilidade de transmitir práticas e conhecimentos adquiridos às suas próprias comunidades, assumem uma função política complementar à das lideranças indígenas tradicionais. Como sintetizou um dos agentes agroflorestais formados pela CPI-AC, “o agente é fiscal, é conselheiro da comunidade, é educador, ele junta as pessoas, (pois) é preciso fazer alianças, articulações e parcerias”.

Apoio ao I Fórum de Agentes Indígenas

A crescente atuação desses gestores ambientais indígenas os levou a criar, em 2002, a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac). Seus principais objetivos são aprimorar a formação dos agentes, propor soluções a problemas enfrentados no cotidiano profissional e buscar melhores condições para o exercício de suas atividades.

Diante do acúmulo de questões relacionadas à atuação de seus afiliados, em 2004, a Amaaiac decidiu organizar o I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Com o projeto do evento em mãos, membros da Associação e da CPI-AC buscaram o apoio financeiro do

O Fórum visou a colocar na agenda política questões de gestão ambiental que exigiam maior atenção dos órgãos públicos

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que administra o fundo Small Grants, da USAID, no Brasil. Em outubro desse mesmo ano, realizaram um encontro de quatro dias no Centro de Formação dos Povos da Floresta, ao qual estiveram presentes 85 índios, de várias etnias, e convidados, incluindo representantes de órgãos governamentais e da imprensa regional.

A pauta do encontro foi organizada em torno de cinco temas: reconhecimento da categoria (leia o texto “O que faz um agente agroflorestal indígena?”), saúde e educação ambiental, cultura e política lingüística, gestão territorial e ambiental, e desenvolvimento e meio ambiente. Como os temas afetavam, em maior ou menor grau, os governos estadual e municipal, a educadora Vera Olinda Sena - que trabalha desde 1985 com a formação de professores indígenas na CPI-AC -, lembra que o Fórum visou, sobretudo, a criar um fato político: colocar na agenda dos órgãos governamentais estaduais os tópicos de gestão ambiental que demandavam maior atenção do poder público.

Assim, além da responsabilidade de transmitir práticas e conhecimentos adquiridos às suas próprias comunidades, assumem uma função política complementar à das lideranças indígenas tradicionais. Como sintetizou um dos agentes agroflorestais formados pela CPI-AC, “o agente é fiscal, é conselheiro da comunidade, é educador, ele junta as pessoas, (pois) é preciso fazer alianças, articulações e parcerias”.

Apoio ao I Fórum de Agentes Indígenas

A crescente atuação desses gestores ambientais indígenas os levou a criar,

em 2002, a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (Amaaiac). Seus principais objetivos são aprimorar a formação dos agentes, propor soluções a problemas enfrentados no cotidiano profissional e buscar melhores condições para o exercício de suas atividades.

Diante do acúmulo de questões relacionadas à atuação de seus afiliados, em 2004, a Amaaiac decidiu organizar o I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Com o projeto do evento em mãos, membros da Associação e da CPI-AC buscaram o apoio financeiro do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), que administra o fundo Small Grants, da USAID, no Brasil. Em outubro desse mesmo ano, realizaram um encontro de quatro dias no Centro de Formação dos Povos da Floresta, ao qual estiveram presentes 85 índios, de várias etnias, e convidados, incluindo representantes de órgãos governamentais e da imprensa regional.

A pauta do encontro foi organizada em torno de cinco temas: reconhecimento da categoria (leia o texto “O que faz um agente agroflorestal indígena?”), saúde e educação ambiental, cultura e política lingüística, gestão territorial e ambiental, e desenvolvimento e meio ambiente. Como os temas afetavam, em maior ou menor grau, os governos estadual e municipal, a educadora Vera Olinda Sena - que trabalha desde 1985 com a formação de professores indígenas na CPI-AC -, lembra que o Fórum visou, sobretudo, a criar um fato político: colocar na agenda dos órgãos governamentais estaduais os tópicos de gestão ambiental que demandavam maior atenção do poder público.

O Fórum visou a colocar na agenda política questões de gestão ambiental que exigiam maior atenção dos órgãos públicos

O que faz um agente agroflorestal indígena?

Entre as questões tratadas no Fórum, a instabilidade da situação profissional dos agentes mereceu destaque. Segundo Vera Olinda, os agentes agroflorestais têm uma intensa agenda de atividades, que consome muito tempo e exige que estejam concentrados no que fazem. “Além de terem uma especialização, eles realizam um trabalho que traz benefícios ambientais não só para as próprias comunidades indígenas, mas também para a região e o país. Por isso, desde o início, defendemos que fossem remunerados”, explica.

Na época da realização do Fórum, 75 desses profissionais indígenas recebiam R\$ 190,00 por mês, provenientes de uma bolsa do Programa Adjunto de Solidariedade, que integrava as políticas estaduais de assistência social. O iminente encerramento do programa, em dezembro de 2004, trazia intranquilidade aos índios já que, sem remuneração, havia o risco de que fossem obrigados a se afastar da gestão ambiental em busca de outras fontes de renda.

As principais atividades realizadas pelos agentes, descritas pelos participantes do Fórum, são:

- Enriquecimento de áreas desmatadas em recuperação (as chamadas capoeiras) por meio da implantação de sistemas agroflorestais;
- Vigilância, fiscalização e monitoramento ambiental do entorno e do interior das terras indígenas, visando a identificar invasões e focos de poluição;
- Proteção de nascentes e de cursos d’água;
- Piscicultura;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de manejo e uso sustentável dos recursos naturais entre habitantes das áreas indígenas e de seu entorno;
- Produção de materiais didáticos e paradidáticos;
- Mediação de conflitos e interlocução com representantes de habitantes das aldeias, do entorno e do poder público;
- Elaboração de planos de uso dos recursos naturais para as terras indígenas.

Uma possibilidade aventada para pôr fim à instabilidade da remuneração foi a contratação desses profissionais pelo governo estadual. Porém, até abril de 2007, o problema ainda não havia obtido uma solução definitiva.



Renato Gavazzi

Associações indígenas estão produzindo itens da merenda escolar, diminuindo a geração de lixo e melhorando a dieta dos alunos.

Desdobramentos do Fórum

Aumento da cooperação entre técnicos governamentais e agentes indígenas

Marcado por intensa troca de experiências entre os representantes das várias etnias, o Fórum permitiu, também, que lideranças indígenas e representantes dos órgãos governamentais com responsabilidades relacionadas à política indigenista enfrentassem algumas das demandas apresentadas. Uma delas foi o deficiente apoio recebido dos órgãos de assistência técnica e extensão rural que atuam no estado.

Por serem profissionais em permanente capacitação e considerando as dificuldades logísticas que enfrentam, os agentes agroflorestais indígenas reclamavam maior apoio por parte desses órgãos, o que possibilitaria sinergia e melhores resultados. A reivindicação foi apresentada à Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal (Seater) e trouxe resultados positivos.

Segundo informa Vera Olinda, hoje, os núcleos dessa Secretaria, espalhados pelo Acre, têm um funcionário designado para trabalhar com os agentes indígenas. Com isso, os índios estão recebendo apoio logístico, o que resulta em maior efetividade de seu trabalho junto às aldeias. “Há maior interação e troca de informações, sem imposições por parte dos agentes governamentais. Ou seja, saiu de uma fase de conflito para uma fase de cooperação”, sintetiza Olinda.

Início da regionalização da merenda escolar indígena

O crescente acúmulo de resíduos sólidos no interior das aldeias foi diagnosti-

cado como conseqüência do lançamento de entulhos pelos moradores do entorno das terras indígenas e do descarte de resíduos, principalmente daqueles provenientes da merenda escolar servida aos índios, administrada por estado e municípios.

No caso do entorno, os índios presentes decidiram intensificar o contato com os seus moradores, com vistas a alertá-los para a poluição que estão produzindo. Decidiram, também, aumentar a fiscalização dos locais mais críticos e, diante da persistência do problema, encaminhar denúncias à imprensa e às autoridades públicas.

O problema associado ao descarte de resíduos inorgânicos dentro das terras indígenas mereceu maior atenção. Ao lado da proposta de promover uma campanha de coleta seletiva nas aldeias, os presentes discutiram formas de diminuir o consumo de produtos industrializados, especialmente na merenda escolar e, assim, minimizar a produção de lixo.

Na verdade, a situação da merenda escolar servida nas aldeias trazia outros inconvenientes. Composta por macarrão, feijão, arroz, refresco em pó e até enlatados, a merenda vinha empobrecendo a dieta dos índios e, não raramente, esses itens chegavam estragados às aldeias mais distantes. Diante disso, uma proposta de regionalização da merenda escolar, defendida pelos índios, foi encaminhada à Secretaria Especial dos Povos Indígenas (SEPI).

Basicamente, a proposta de regionalização propôs estimular a inclusão, nas refeições servidas pelas escolas indígenas, de itens produzidos pelos próprios índios, que seriam comercializados com os municípios via Secretaria da Educação. Com o apoio da SEPI, algumas comunidades, como as da Terra Indígena



Kampa do Rio Amônia e as três terras dos Kaxinawá do rio Jordão, que têm as associações atuantes, conseguiram assinar contratos com as secretarias municipais, que compram os produtos vindos das roças indígenas e os repassam às escolas.

Segundo Vera Olinda, a expansão dessa política está em curso e o objetivo é ter a merenda escolar indígena total-

mente regionalizada. “Depois do Fórum, a questão da merenda não saiu mais da pauta e os índios estão insistindo nisso. Tanto que, em março (de 2007), tivemos uma oficina especificamente sobre regionalização da merenda escolar como política pública, que também teve apoio do Small Grants, da USAID”, relata a educadora.

Os méritos do Small Grants

A facilidade para apresentar projetos, “sem exigências descabidas”, e a agilidade na resposta foram os principais méritos do fundo Small Grants apontados pela educadora Vera Olinda, da Comissão Pró-Índio-Acre. “Pequenos recursos, como os oferecidos por esse tipo de fundo, são mais fáceis de serem administrados por uma instituição como a CPI-AC”, explica. Ela destacou, ainda, o conhecimento prévio da agenda social e ambiental da Amazônia por parte do gestor dos recursos, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), o que confere maior qualidade à seleção dos projetos a serem beneficiados.

Indigenous Agents active in Acre's forests

Young Indians play a relevant role in maintaining ecological services provided by forests at the extreme western frontier of the Brazilian Amazon. Support from the USAID-Brazil Small Grants Fund helped them solve problems that were undermining the effectiveness of their work.

The state of Acre has 15% of its territory comprised of indigenous lands, including areas with the highest levels of biological diversity in the Brazilian Amazon. Nearly 10,000 Indians from 12 different ethnic groups live in these areas, accumulating a vast knowledge base about local species and forest management practices that help maintain local forests.

Nevertheless, the integrity of this cultural and ecological legacy is permanently threatened. Despite the legal demarcation of indigenous territories, hunters, loggers and others are constantly invading these areas and destroying the forest and its natural resources.

Increased contact with non-Indians brought industrialized materials to the villages, turning waste into a serious environmental problem among some ethnic groups. In addition, there are many problems with public services, and the rapid demographic growth of the indigenous population presents some risks. There is insecurity about the future availability of food. The indigenous agroforestry agents emerged from the need to provide answers to these and other questions.

Indigenous solution to problems caused by non-Indians

Beginning in 1983, a local NGO, Acre's Pro-Indian Commission (CPI-AC), began training young Indians to play roles that

should have been responsibility of the State. CPI-AC's main objective was to minimize local communities' dependence on services provided by government agencies, through capacity building. The initial activity was training indigenous teachers to be responsible for school education throughout the villages. This evolved to training health agents and, since 1996, agroforestry agents.

Training was based on a pedagogical concept named "authorship". According to this concept, problem definition and proposed solutions emerge from the combination of new knowledge and techniques with traditional ones. In short, the approach is to understand the origin of the problems caused by extended contacts with non-Indians, reflect about them and arrive at consensual solutions.

As clarified by CPI-AC itself, "this educational program has developed professional education practices aimed at conservation and environmental management, following a specific curriculum defined and developed cooperatively each year with representatives of these indigenous peoples". A total of 107 agroforestry agents have graduated from this program.

In addition to being environmental managers, the indigenous agents play a political role complementary to the traditional indigenous leadership

From monitor to diplomat

The 300-hour intensive program to train indigenous agroforestry agents combines theory and practice in courses administered by professionals from different disciplines. The courses take place at the Forest Peoples' Training Center, a 26 ha educational facility built by CPI-AC in the rural area of Rio Branco (Acre's capital), officially recognized by Acre's Secretary of Education.

The courses at the Center are complemented by workshops in local villages, as well as visits to research institutes and other relevant training experiences. The curriculum emphasizes topics such as culture, territory and environment, which are highly relevant in a context of intensive contact between Indians and non-Indians.

Once in action, the indigenous agroforestry agents began to deal with a wide agenda that demands not only technical knowledge but also availability and, more importantly, diplomacy to carry on a dialogue with village members, adjacent populations and governmental agencies.

In addition to being responsible for transmitting the acquired practices and knowledge to their own communities, the indigenous agents play a political role complementary to the traditional indigenous leadership. As summarized by one of the agents graduated from CPI-AC's program, "an agent has several attributions: monitor, counselor, educator and mediator, and is also responsible for gathering people, articulating alliances and forming partnerships".

Support for the First Forum of Indigenous Agents

The increasing numbers and need to articulate led these indigenous environmental managers to establishing, in 2002, Acre's Association of the Movement of Indigenous Agroforestry Agents (Amaaiac). The main objectives

of this association are to improve the agents' training, propose solutions for their everyday professional problems, and search for better conditions to develop their activities.

Due to the accumulation of problems related to the members' performance, in 2004 Amaaiac decided to organize the First Forum of Acre's Indigenous Agroforestry Agents. After developing a proposal for this event, members from the Association and from CPI-AC requested financial support from the International Institute of Education in Brazil (IEB), responsible for managing the USAID-Brazil Small Grants Fund. In October of 2004 they organized a 4-day meeting at the Center, with the participation of 85 Indians representing several ethnic groups and guests, including government agents and the regional press.

The agenda for the meeting was organized around five themes: recognition of the agents' category (read the text "What are the roles of an indigenous agroforestry agent?"), health and environmental education, culture and linguistic policies, territorial and environmental management, and environment and development. To varying degrees, these selected themes involved the state and municipal governments. Because of that, Vera Olinda Sena, an educator who since 1985 trains indigenous teachers at CPI-AC, points out that the forum aimed, above all, to create a political fact: placing major environmental management topics on the agenda of governmental agencies.

The Forum aimed at placing major environmental management topics in the political agenda of public agencies

What are the roles of an indigenous agroforestry agent?

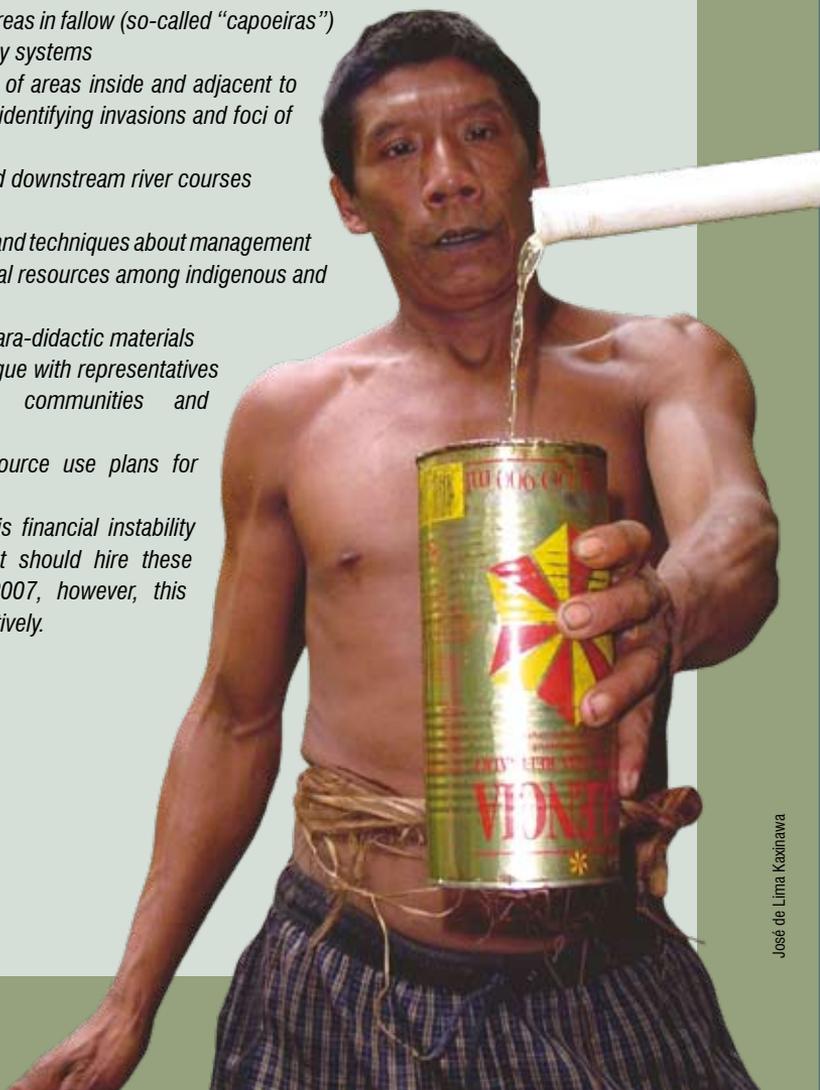
Among the issues included in the Forum, lack of stability of the agent's professional situation deserved special attention. According to Vera Olinda, agroforestry agents have a very intense agenda that consumes considerable time and demands full concentration. "In addition to being specialized in agroforestry, their work brings environmental benefits not only for indigenous communities but also for the region and for the country. Because of that, from the start we defend that they receive payment".

At the time when the Forum took place, 75 of these indigenous professionals received \$190 reais each month, provided by a small grant from the Adjunct Solidarity Program, which integrated the state policies for social assistance. The program's imminent closure in December of 2004 generated a great deal of anxiety among the Indians, because the lack of income would force them to leave the environmental management work and to search for other sources of income.

The main activities performed by the agents and described by the Forum participants, are as follows:

- Improvement of deforested areas in fallow (so-called "capoeiras") by implementing agroforestry systems
- Surveillance and monitoring of areas inside and adjacent to indigenous lands, aiming at identifying invasions and foci of pollution
- Protection of headwaters and downstream river courses
- To practice pisciculture
- Dissemination of knowledge and techniques about management and sustainable use of natural resources among indigenous and adjacent populations
- Production of didactic and para-didactic materials
- Conflict mediation and dialogue with representatives from villages, adjacent communities and governmental agencies
- Preparation of natural resource use plans for indigenous lands

A suggestion for ending this financial instability was that the state government should hire these professionals. Until April of 2007, however, this problem was not resolved definitively.



Subsequent developments of the Forum

Increased cooperation between governmental and indigenous agents

The Forum was marked by intense exchange of experiences between representatives of several ethnic groups, and it also provided an opportunity for indigenous leaders and government agents to discuss some of the demands presented. One such demand was improved support from the state agencies responsible for technical assistance and rural extension. The indigenous agroforestry agents, who are constantly training and facing logistical challenges, demanded more support from government agencies, making a case for increased synergy with their own activities. These demands were presented to the Secretary of Technical Assistance and Agroforestry extension (Seater), with positive results.

According to Vera Olinda, the various state agencies currently established at nuclei throughout Acre have a designated staff person working with the indigenous agents. This helps in providing logistical support to the Indians, which improves the effectiveness of their work in the villages. As Olinda summarized, "There is increased interaction and information exchange, without impositions from government agents. In other words, conflict has been transformed into cooperation".

Regional approach for the indigenous school lunch is initiated

The growing accumulation of solid waste in the villages was a result of the disposal practices both in adjacent areas and within the villages themselves. A major source of waste within the villages was the school lunches, provided by the State and municipalities.

In relation to the adjacent areas, the Indians present at the Forum decided to intensify their efforts of alerting resident populations about the pollution they were

producing. The Indians also decided to increase surveillance of the most critical locations. If the problem persisted, they decided to denounce it to the press and to government authorities.

The problem of inorganic waste disposal inside indigenous lands required more attention. Besides proposing to adopt selective collection at the villages, the Indians discussed ways of reducing the consumption of industrialized products, especially associated with the school lunch, thus minimizing waste production.

In reality, the lunch served at the village schools had other problems. Composed of pasta, beans, rice, artificial powdered juice and canned food, this food was depleting the Indians' diet and, frequently, it arrived already spoiled at the more distant villages.



Indigenous associations are producing items of school meals, thus diminishing waste and improving the students' diet

Due to these reasons, a proposal to use an alternative approach for the school lunches was defended by the Indians and sent to the Special Secretary of Indigenous Peoples (SEPI).

Basically, the regional proposal aims at stimulating the inclusion of items produced by the Indians themselves in the meals served at the indigenous schools, which could also be commercialized in neighboring municipalities via the Secretary of Education. With support from SEPI, some communities, such as the Kampa of the Amônia River Indigenous Land and the three Kaxinawá villages of the Jordão River Indigenous Land, with

active associations, were able to sign contracts with municipal secretaries that buy products from the indigenous farms and distribute them to schools.

According to Vera Olinda, this policy is expanding and its objective is to transform the indigenous school lunch into a regional program. She states: "After the forum, the Indians insisted on including the issue of school lunch in every political agenda. As result, in March of 2007 there was a workshop exclusively focused on the regional approach to school lunch as a public policy, with support from USAID-Brazil Small Grants Fund."

Merits of USAID-Brazil Small Grants Fund

The easiness of presenting projects "without unreasonable conditions" and the fast response were the major merits of the fund, as Vera Olinda, from Acre's Pro-Indian Commission, points out. She says that "Small grants, such as those provided by this fund, are easily administered by an institution such as CPI-AC". Olinda highlighted the long-term knowledge of the International Institute of Education in Brazil (IEB) with social and environmental issues in the Amazon. Responsible for managing the Small Grants Fund, this experience contributes to the high quality of the selected projects.





Cidadania tecida em rede

Small Grants apóia conclusão de Projeto destinado a equilibrar as relações de gênero entre trabalhadores rurais na Amazônia brasileira.

Em 2001, a engenheira agrônoma Sílvia Nicola aceitou o desafio de coordenar um projeto destinado a capacitar trabalhadores rurais da Amazônia a fazerem o manejo agrícola de suas áreas, minimizando o uso do fogo. Denominada “Proteger II”, a iniciativa visava a enfrentar um dos grandes problemas ambientais da região: incêndios florestais gerados, acidentalmente, por queimadas agrícolas.

Para mobilizar e capacitar os agricultores, o Proteger II organizou um calendário de reuniões locais às quais acorriam representantes das várias associações que integram o Grupo de Trabalho Amazônico, também chamado de Rede GTA (veja box). Nas listas de presença desses cursos, algo chamava a atenção: a maioria absoluta dos chamados monitores – trabalhadores que exerciam o papel de disseminadores das técnicas de manejo empregadas - eram homens. Sílvia iniciou, então, um levantamento sistemático da participação feminina nas atividades da Rede GTA.

“Descobrimos que havia quase um monopólio masculino nos espaços de representação e atuação existentes. O percentual médio de mulheres na função de monitoras era de 17% em 2001”, relembra. Ela somou a esse levantamento uma pesquisa sobre o espaço reservado às mulheres na estrutura das coordenações regionais da Rede, função desempenhada, na maioria dos casos, pelas federações estaduais de trabalhadores na agricultura – as “Fetagris”. Constatou que muitas dessas coordenações sequer asseguravam a cota de 30% dos cargos às mulheres, conforme determinado em seus estatutos. “Estava claro: a questão de gênero simplesmente não existia na Rede”, sintetiza Sílvia Nicola.

Entre 2001 e 2003, a presença de mulheres monitoras cresceu de 17% para 36%

“Como trabalhar com mulheres”

Ao mesmo tempo em que coordenava as atividades do Proteger II, Sílvia passou a estimular medidas para incentivar a participação das mulheres no projeto. Passou, também, a apresentar os dados que coletara nos eventos nacionais do GTA, a fim de suscitar o debate sobre o tema. Em suas visitas de campo, descobriu que as mulheres participavam de praticamente todas as atividades produtivas, além das domésticas.

Com o apoio dos financiadores do Proteger II, Sílvia aprofundou esse debate dentro da Rede GTA, organizando seis oficinas com foco no tema gênero. “Queríamos discutir porque a presença feminina era tão pequena dentro de alguns estados da Rede e identificar o que as impedia de ter uma participação maior nos eventos de capacitação”, explica. Negociou com o Banco Mundial - administrador dos recursos do Proteger II, oriundos da USAID - e obteve o apoio financeiro necessário para realizar seis

oficinas com mulheres, em cinco estados diferentes.

Essa experiência está documentada na publicação “Como trabalhar com mulheres”, o terceiro volume de uma série de manuais operacionais editados, pelo Proteger II, para capacitar produtores rurais da Amazônia. Àquela altura - maio de 2003 - o estímulo ao debate suscitado pelo Proteger II já havia alterado a cena inicial: entre 2001 e o início de 2003, a presença de mulheres na função de monitores havia subido de 17% para 36%.

O Projeto Gênero e Cidadania

O aumento da participação das mulheres nos eventos e nas atividades de monitoramento do Proteger II foi um primeiro avanço para introduzir a questão de gênero como tema transversal na agenda da Rede GTA. Em 2004, a questão de gênero integrou a agenda de discussões do Conselho Deliberativo do GTA, que decidiu pela formulação de um



projeto próprio, não mais como parte do Proteger II, para tratar do assunto. “Estava claro que o nosso trabalho havia gerado uma demanda que extrapolava a dimensão do Proteger”, afirma Sílvia.

Uma proposta inicial foi apresentada à Assembléia Geral da Rede – seu mais importante encontro nacional –, em março de 2005, ocasião em que também se discutiria a atualização de seu estatuto. Sob o nome “Gênero e Cidadania”, a questão constituiu um dos eixos temáticos desse encontro. Duas conquistas complementares resultaram desse evento. Primeiro, o estabelecimento, no estatuto da Rede GTA, de que metade dos cargos da diretoria deveria ser ocupada por mulheres. Segundo, a constituição de um grupo de trabalho destinado a aprimorar a pré-proposta apresentada, visando a fechar um projeto. Era o embrião do Projeto Gênero e Cidadania.

Com a proposta do projeto em mãos, a equipe do Proteger II iniciou a busca por recursos para realizar uma oficina destinada a analisá-la e consolidar seu conteúdo. Deliberou-se que essa oficina deveria levar em conta a diversidade regional e de práticas das populações representadas na rede GTA, integrando seringueiras, castanheiras, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, agricultores.

“Transparência e respeito”

Em uma reunião de acompanhamento do Proteger II, realizada no escritório do Banco Mundial, em Brasília, Sílvia e sua equipe souberam da existência de um fundo de apoio a pequenos projetos, da USAID, chamado Small Grants. Procuraram o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), intermediador e gestor do fundo no Brasil, e realizaram a oficina em julho daquele ano - apenas quatro meses depois da Assembléia Geral.

“Esse apoio foi essencial para a consolidação do projeto. A oficina discu-

tiu, detalhadamente, os princípios e as linhas de ação da proposta apresentada. No final, percebemos que tínhamos um programa em mãos, o Programa Gênero e Cidadania da Rede GTA”, explica. Além do Programa Gênero e Cidadania, que passou a orientar a política interna para o tema gênero, o apoio do Small Grants para a oficina possibilitou a feitura de um primeiro projeto, com foco na disseminação de informações e na capacitação das entidades filiadas, considerando as mudanças no novo estatuto do GTA, aprovadas na Assembléia Geral.

O projeto está pronto, aguardando obter financiamento para sua implementação. Sílvia Nicola destaca que, no Brasil, fundos com o perfil do Small Grants são fundamentais: “A diferença é que houve respeito pela nossa proposta, que havia sido construída ao longo de muitos meses, com a participação de muita gente”, ressalta. “Eu destacaria ainda a clareza nas condições para obter os recursos e a simplicidade dos procedimentos burocráticos”.

“A diferença entre o Small Grants e os outros fundos semelhantes é que, antes de tudo, houve respeito pela nossa proposta, que havia sido longamente formulada com a participação de centenas de pessoas. Não houve tentativa de ingerência no conteúdo do projeto. Eu também destacaria a clareza nas condições para obter os recursos e a simplicidade nos procedimentos, do desembolso à prestação de contas”.

Sílvia Nicola, coordenadora do Proteger II

À sombra dos babaçuais

Extrativistas do Maranhão simbolizam a emergência do protagonismo feminino na Amazônia

De acordo com a pesquisadora Maria Emília L. Pacheco, que assessorou o Proteger II na formulação do Projeto Gênero e Cidadania, foi no início dos anos 90 que cresceu a mobilização das mulheres da Amazônia pelo reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras. Nessa década, ocorreram importantes eventos como o I Encontro Nacional das Mulheres Extrativistas (1996) e o I Encontro Internacional das Mulheres da Floresta Amazônica (1998).

Estudos citados por ela apontam para o fato de que as mulheres participam de várias atividades agrícolas e extrativas, além de darem conta das demandas domésticas. No entanto, ao realizarem o mesmo trabalho que o homem, entende-se que estão apenas “ajudando”. E, em geral, ficam distantes do dinheiro obtido pelo comércio da produção.

Há, ainda, contextos em que elas executam as etapas produtivas mais relevantes, como é o caso das quebradoras de coco babaçu. Noventa por cento das extrativistas que sentam sob os babaçuais para beneficiar o seu fruto são mulheres. Da sombra dessa palmácea, onde quebram o coco do qual se obtém fibras, alimento e óleos de interesse industrial, iniciaram uma luta pela conservação dos babaçuais que, nos últimos 30 anos, passaram a ser cercados por fazendeiros chegados à região.

Elas organizaram um movimento que, apesar da violência e das intimidações desencadeadas, resultou na aprovação de leis municipais que, a partir de 1997, passaram a inibir o corte das árvores e a permitir o livre acesso às palmeiras, sem prejuízo à propriedade privada da terra.

O que é a Rede GTA

Formada no contexto da Rio-92, o Grupo de Trabalho Amazônico é uma rede de entidades e associações da sociedade civil, criada para promover a participação das comunidades da Amazônia brasileira nas políticas oficiais para a região. Atualmente, a Rede GTA integra os principais fóruns e colegiados constituídos no Brasil para tratar do futuro da região. Com sede em Brasília, a Rede GTA está organizada em 16 coordenações regionais, envolvendo aproximadamente 500 entidades compostas por agricultores, seringueiros, indígenas, quilombolas, quebradoras de coco babaçu, pescadores e entidades ambientalistas, de direitos humanos, comunicação popular e de assessoria técnica.

O que é o Proteger II

O Projeto de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios na Amazônia, mais conhecido como Proteger, é uma iniciativa da Rede GTA e do movimento sindical de trabalhadores rurais da Amazônia brasileira que integra as ações do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Apoiado financeiramente pela USAID, o projeto foi implementado em duas fases: a primeira, entre 1998 e 1999, e a segunda, denominada “Proteger II”, de 2001 a 2004, quando passou a participar do Consórcio Estradas Verdes até o seu encerramento, em 2007.

Seu principal objetivo foi mobilizar e capacitar trabalhadores rurais da Amazônia para a adoção de técnicas de manejo que minimizassem o uso do fogo nos sistemas produtivos de suas comunidades. Com isso, pretendeu-se evitar queimadas desnecessárias e incêndios acidentais, aumentando o bem-estar dessas comunidades e gerando conservação dos recursos naturais disponíveis.



Citizenship networks

Small Grants Fund supports the conclusion of a project designed to improve gender relations among rural workers in the Brazilian Amazon.

In 2001, agronomist *Silvia Nicola* coordinated a project designed to train rural workers in the Amazon to manage their agricultural plots with minimal use of fire. Named “Proteger II”, this initiative was aimed at dealing with one of the region’s major environmental problem: forest fires, generally initiated by slash-and-burn agricultural practices.

Proteger II organized a calendar of local meetings with representatives of several associations that compose the Amazonian Working Group, also known as GTA Network (see box), in order to train small farmers. Something was noticeable about the list of participants at these meetings: the vast majority of so-called monitors – rural workers who played the role of extension agents – were men. *Silvia* then started a systematic survey about women’s participation at the GTA Network’s meetings.

As *Silvia* points out, “We discovered that men almost completely dominated the available opportunities for representation. In 2001, the average percentage of female monitors was 17%. *Silvia* developed an additional survey, to reveal the representation of women in the Network’s regional coordination structure, which generally was comprised of the state federations of agricultural workers, “Fetagris”. Results indicated that many of these Fetagris did not even fulfill the 30% quota of positions designated to women, according to the statutes. *Silvia* summarizes that “Something was clear: gender balance simply did not exist in the Network”.

“How to work with women”

While coordinating Proteger II activities, *Silvia* began to stimulate women’s participation in the project. She also presented the survey results at GTA’s national events, in order to raise awareness about gender issues. During her field trips, *Silvia* discovered that, in addition to their domestic roles, women participated in practically every productive activities.

With support from the project’s financing agencies, *Silvia* organized six workshops focused on gender issues and expanded the debate within the GTA Network. As *Silvia* explains, “We wanted to investigate why the presence of women was so small in some states, and identify the obstacles to increased women’s participation in training events. She negotiated with the World Bank – financial manager of the resources from USAID dedicated to this project – and obtained enough funds to implement six workshops with women in five different states.

This experience is documented in the publication “How to work with women”, included in the third volume of a series of operational manuals edited under the Proteger II project, to train rural workers in the Amazon. In May of 2003, increased awareness stimulated by the project had already changed the initial situation: between 2001 and the beginning of 2003, the number of female monitors increased from 17 to 36%.

Between 2001 and 2003, the number of female monitors increased from 17 to 36%

Gender and Citizenship Project

The increased participation of women in events and monitoring activities developed by Proteger II represented a first attempt to introduce gender issues as a cross-cutting theme in the GTA Network agenda. In 2004, gender issues were included in the meeting agenda of GTA board of directors, which decided to prepare a specific project to deal with these issues. "It was clear that our work had generated demands well beyond the context of Proteger", states Silvia.

In March of 2005, a first version of this project proposal was presented to the Network's General Assembly – its most important national meeting – during which GTA's statutes were updated. Under the name "Gender and Citizenship", this was one of the main topics of this meeting, which generated two important results: first, the Network's revised statute established that women should occupy half of the directors' positions; and second, it designated the Proteger II team to complete the proposal. This was the embryo of the Gender and Citizenship project.

With a complete draft of the the project proposal in hand, the Proteger II team began seeking funding to organize a workshop to analyze and consolidate the proposal's content. The team decided that this workshop should take into account the regional diversity and different populations represented in the GTA Network, including female rubber tapers, Brazil nut harvester, fisher folk, descendents of runaway slave communities, river people, Babassu nut crackers, and agricultural workers.

"Transparency and respect"

In a follow-up meeting of Proteger II at the World Bank's office in Brasilia, Silvia and her team learned about the USAID-Brazil Small Grants Fund. They contacted the International Institute of Education in Brazil (IEB), responsible for managing

this fund, and due to the financial support obtained they were able to organize the workshop in July of 2005 – only four months after the General Assembly.

As Silvia explains, "This support was essential for consolidating the project proposal. During the workshop, every detail about principles and activities of the proposal was discussed. At the end, we realized that we had developed the conceptual framework for an entire program -- the Gender and Citizenship program – which guided the internal policies on gender issues. In addition to developing this program, the proposal included activities to disseminate information and build the capacity of affiliated entities, taking GTA's revised statute into account.

The project is ready, waiting for financial support. Silvia highlights that grants such as the Small Grants Fund are essential: "The difference was the responsiveness of the Fund to our proposal, which took several months to be developed and involved the participation of hundreds of people". "I especially appreciated the clear conditions for obtaining the grant, and the simplicity of bureaucratic procedures".

"The difference between the Small Grants and other similar funds is its responsiveness to our proposal, which was developed over a long period and involved the participation of hundreds of people. There was no attempt to interfere in the project's content. I would also highlight the clear conditions for obtaining the grant, and the simplicity of bureaucratic procedures"

*Silvia Nicola,
Proteger II coordinator*



In the babassu palm forests

Women involved in harvesting of forest products in Maranhão epitomize the emerging recognition of female workers in the Amazon.

According to Maria Emilia Pacheco, who provided technical assistance to Proteger II during the design phase of the Gender and Citizenship project, the beginning of the 1990s was characterized by increased movement for women's rights in the Amazon, especially among rural workers. During this decade, important events took place, such as the First National Meeting for Women Working with Harvesting of Non-Timber Forest Products (1996) and the First International Meeting of Women of the Amazon Forest (1998).

Pacheco cites several studies showing that women, in addition to their domestic tasks, generally participate in agricultural and forest-based activities. Although they do the same work as men, they generally perceive this as simply "helping". In general, they do not manage the money obtained from marketing forest and agricultural products.

In some contexts, such as the case of babassu nut crackers, women carry out the essential productive activities. Ninety percent of the workers who break babassu fruits to extract its nuts are women. Under the shade of this palm tree, where they perform the tasks of manually breaking the babassu fruits, these women initiated their fight to preserve the babassu palm tree forests. Babassu fruits provide fiber, food and oil with industrial value. During the last 30 years, newly arrived landowners have fenced in the babassu palm forests, thus impeding women's access to the palm trees.

These women organized a movement that, despite violent conflicts, led in 1997 to the approval of municipal laws, which prohibit deforestation of babassu and allow free access to the babassu forests, without threatening landowners' property rights.

What is the GTA Network?

Formed during Rio-92, the Amazonian Working Group is a network of civil society organizations and other entities, established to promote participation of Brazilian Amazon communities in regional policies. At present, the GTA Network participates in major forums throughout Brazil, to discuss the future of the region. With headquarters in Brasília, the GTA Network includes 16 regional coordination units, involving a total of approximately 500 entities comprised of agricultural workers, rubber tapers, indigenous peoples, descendants of runaway slave communities, babassu nut crackers, fisher folk and other organizations focused on environment, human rights, popular media and technical assistance.

What is Proteger II?

The Project for Mobilization and Training to Prevent Fires in the Amazon, better known as Proteger, is an initiative of the GTA Network and Brazilian Amazon rural labor unions, and it is part of the activities of the Pilot Program for Protection of Tropical Forests in Brazil. This project received support from USAID-Brazil, and it was implemented in two distinct phases: the first one, between 1998 and 1999, and the second, named "Proteger II", from 2001 to 2004, when it became part of the Green Roads Consortium until its conclusion in 2007.

This project's main objective was to mobilize and train Amazonian rural workers to adopt management techniques that minimize the use of fire in community farming systems. The goal was to prevent unnecessary burning and wild fires, thus increasing the well-being of these communities and enhancing conservation of natural resources.

Parque Nacional do Monte Roraima

GUIANA

16 km

Rio Cotingo

Rio Surumu

TI RAPOSA SERRA DO SOL

TI SÃO MARCOS

Normandia ●

Conceição do Maú ●

Bonfim ●

Rio Tacutu



Organizações indígenas escrevem sua história

Etnias da Amazônia brasileira se organizam para defender suas terras e demandar políticas públicas dirigidas às suas necessidades. Apoio do Small Grants contribuiu para fortalecer a articulação do movimento indígena na região.

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República, em 2002, criou a expectativa de que a política oficial contemplaria itens importantes da agenda indígena no Brasil, permitindo uma maior participação de suas organizações na formulação de políticas para setores como a saúde e logrando uma solução definitiva para impasses históricos envolvendo a posse da terra – com destaque para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, visitada por ele durante a campanha.

Situada no nordeste do estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol permanecia, na transição para o novo governo, como a única grande área indígena com processo de reconhecimento inconcluso. Nos 30 anos anteriores, havia sido objeto de uma renhida disputa política tendo, de um lado, os índios e entidades que os apóiam; de outro, interesses econômicos locais, velhos ou emergentes, aliados à elite política estadual. No meio, o governo federal e suas contradições.

O processo de reconhecimento oficial das terras indígenas – ao qual se dá, genericamente, o nome de “demarcação” - segue um ritual administrativo e técnico executado sob a coordenação da Funai, o órgão federal para assuntos indígenas, ligado ao Ministério da Justiça. No caso da Raposa Serra do Sol, esse processo viveu avanços e recuos, decorrentes do maior ou menor interesse do governo federal em desafiar a classe política roraimense. No Brasil, todas as terras indígenas integram o patrimônio da União.

Em dezembro de 1998, o então ministro da Justiça decidiu assinar uma portaria declarando, oficialmente, a posse exclusiva dos povos Macuxi, Patamona, Ingarikó, Taurepang e Wapixana

No início do Governo Lula, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol permanecia como a única grande área com demarcação inconclusa

sobre os 1,68 milhão de hectares da Raposa Serra do Sol, determinando, ainda, sua demarcação segundo os limites estabelecidos por estudos técnicos aprovados pela Funai. Todavia, três décadas de hesitações da administração federal haviam favorecido iniciativas que tinham o claro objetivo de descaracterizar a ocupação indígena e, assim, reduzir, gradativamente, a área a ser demarcada.

Comendo pelas bordas

Patrocinada, pública ou veladamente, pelo governo estadual, a política de intrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol variou no tempo e no espaço. Na década de 80, vilas de garimpeiros e prostíbulos se instalaram em diferentes pontos da área, formando uma base eleitoral local que provocava conflitos com os índios. Duas sedes municipais – Normandia e Uiramutã - foram criadas nas bordas da área e, nos anos 90, o governo de Roraima atraiu, com subsídios fiscais, produtores de arroz para ocupar várzeas do rio Surumu, na porção sudoeste da terra indígena.

A existência desses enclaves na área demarcada justificou a apresentação de dezenas de recursos aos tribunais superiores visando a sustar os efeitos da portaria demarcatória de 1998. Porém, em abril de 2005 – às vésperas da Semana do Índio –, o presidente da República assinou o decreto de homologação da terra indígena, reafirmando a posse e o usufruto dos índios sobre 1,743 milhão de hectares, mantendo, porém, de fora

dessa área, os dois municípios.

A decisão, considerada histórica pelo movimento indígena, foi acompanhada de um prazo de 12 meses para a retirada de 47 pequenos pecuaristas e 16 plantadores de arroz, identificados pelo Ministério da Justiça, e da destinação de 5 milhões de reais para indenizar benfeitorias de boa-fé. O governo federal assumiu, ainda, o compromisso de reassentar pequenos produtores e cedeu uma série de contrapartidas ao estado.

De forma previsível, a homologação da terra indígena não encerrou os conflitos com os invasores. A publicação do decreto presidencial deflagrou um novo surto de ações nos tribunais superiores, manifestações explícitas de desobediência civil – “não vamos sair” (...) “ficaremos por bem ou por mal” - dos plantadores de arroz e atos terroristas. Em setembro, dias antes de uma festa organizada pelos índios para comemorar a homologação da Raposa Serra do Sol, um centro cultural e uma ponte foram incendiados por homens armados e encapuzados.

A aproximação da data-limite fixada pelo governo federal para a saída dos intrusos aumentou as dúvidas quanto ao cumprimento das medidas dentro do prazo. Afinal, passados 10 meses da homologação, grande parte dos pecuaristas e dos plantadores de arroz permanecia no interior da terra indígena.

A atuação do CIR e da Coiab

No percurso de mais de duas décadas de confrontos com a classe política



A homologação da terra indígena não encerrou os conflitos, deflagrando novo surto de recursos nos tribunais e violência contra os índios

de Roraima e seus aliados, os tuxauas - chefes indígenas locais - criaram, em 1987, o Conselho Indígena de Roraima (CIR). O CIR é uma das 75 organizações que constituem a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a maior rede de entidades indígenas da Amazônia Legal em atuação no Brasil. Criada em 1989, nasceu em um momento de institucionalização da luta dos índios pela implementação dos direitos consagrados na Constituição de 1988, especialmente o reconhecimento oficial das terras nas quais tradicionalmente vivem.

Ao longo de sua história, a Coiab empreendeu esforços para agregar as organizações indígenas da Amazônia, de forma a fortalecer sua inserção no cenário político nacional como representação indígena de abrangência regional. E, embora tenha passado por crises de gestão - resultado do difícil aprendizado dos índios para lidar com estruturas institucionais próprias do mundo dos brancos -, chegou aos dias atuais com bases assentadas nos nove estados da Amazônia Legal, representando 165 etnias.

A Assembléia Geral, reunida a cada três anos, é a instância máxima de decisão da entidade, ocasião em que seus delegados se reúnem para formular o programa de ação para os anos seguintes e eleger os ocupantes da Coordenação Executiva e do Conselho Deliberativo e Fiscal (Condef). Para 2006, a Coiab tinha agendada a realização de sua oitava assembléia geral, tendo em pauta uma proposta de reestruturação

institucional que pretendia dar maior transparência à gestão e aproximar suas instâncias decisórias das organizações de base. O encontro discutiria, ainda, a conjuntura nacional e seu impacto sobre os programas e políticas para os índios no Brasil.

Diante da demora no processo de retirada dos intrusos da Raposa Serra do Sol, a Coiab decidiu realizar lá o seu encontro, entre os dias 21 e 25 de abril, na Semana do Índio. “Foi uma escolha simbólica. Queríamos celebrar uma vitória histórica e demonstrar o apoio do movimento indígena à luta do CIR”, lembra Paulino Montejo, assessor da Coiab. “Era necessário também pressionar o governo para fazer a retirada dos invasores que permaneciam na área”, afirma. Coincidência ou não, durante a realização da assembléia, equipes da Funai e do Incra - órgão federal responsável pela política fundiária - estavam na terra indígena realizando os últimos levantamentos de benfeitorias, protegidos pela Polícia Federal.



Agenda para o futuro do movimento indígena

Na busca de apoio para custear as despesas da Assembléia - a primeira realizada em uma terra indígena -, a Coiab identificou o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) como entidade gestora do fundo Small Grants, da USAID. Obteve US\$ 10 mil dólares (aproximadamente R\$ 21.200) para as despesas do encontro. E, ignorando ameaças feitas pelos adversários de

O apoio do Small Grants permitiu à Coiab realizar sua oitava assembléia na Raposa Serra do Sol, com a participação de 137 lideranças indígenas

sempre, a 8ª Assembléia Geral Ordinária da Coiab atraiu, à Raposa Serra do Sol, 137 delegados indígenas de toda a Amazônia brasileira e cerca de 100 convidados de todo o Brasil, representantes de etnias de outras partes do país, de entidades de apoio e da Funai.

Além de eleger os novos ocupantes dos cargos de direção da entidade, a Assembléia cumpriu seus objetivos no que toca à reestruturação da Coiab. Foram aprovadas mudanças na estrutura da organização, de forma a ampliar a participação das entidades de base em suas decisões estratégicas, capacitar seus quadros em assuntos como gestão e planejamento de projetos e buscar meios para sustentar financeiramente as crescentes atividades da instituição. Os presentes reconheceram, também, ser necessário que as organizações indígenas passassem a formular projetos de exploração sustentável de seus recursos naturais e que criassem empresas indígenas, visando a ganhar maior autonomia na gestão de suas necessidades.

Aos 16 anos de idade, a Coiab saiu do encontro na Raposa Serra do Sol

com uma ampla agenda destinada a reafirmar sua posição como principal ator na defesa dos interesses dos índios da Amazônia brasileira. Alguns meses depois da 8ª Assembléia, criou o Centro Amazônico de Formação Indígena, para capacitar lideranças e agentes florestais, formando sua primeira turma no segundo semestre de 2006.

Como resposta às necessidades de assegurar sua sustentabilidade econômica e se fortalecer como instituição, organizou, no início de 2007, um seminário com instituições de cooperação internacional e decidiu contratar uma consultoria especializada para formular uma proposta de um fundo para financiar suas atividades. Adotou, ainda, um manual de procedimentos financeiros para dar maior eficiência e transparência à gestão dos recursos de que dispõe. No plano da política nacional, iniciou a ampliação da equipe que atua em Brasília – centro das decisões políticas nacionais – e está adensando alianças com outras comunidades de habitantes e trabalhadores da Amazônia.



Indigenous organizations write their own history

Ethnic groups in the Brazilian Amazon organize themselves to defend their land and demand public policies that respond to their needs. Support from USAID-Brazil Small Grants Fund contributes to strengthen the region's indigenous movement.

The election of Luís Inácio Lula da Silva as President in 2002 raised expectations about the inclusion of an indigenous agenda in Brazil's official government policy. This would allow indigenous organizations to participate more actively in creating public policies for sectors such as health and land tenure, defining final solutions for historic land tenure problems – especially the one involving Raposa Serra do Sol Indigenous Land, visited by the President during his campaign.

Located at the northeastern state of Roraima, frontier with Venezuela, the Raposa Serra do Sol Indigenous Land remained, during the transition to the new government, as the only large indigenous area not demarcated. In the past 30 years this land had been the focus of fierce political disputes between the Indians and their supporting entities, on the one side; and local economic interests, entrenched or emerging, linked to the state's political elite, on the other; and a contradicting federal government in between.

In Brazil, all indigenous lands belong to the Union. The official demarcation of indigenous land follows an administrative and technical process coordinated by Funai, the government agency responsible for indigenous issues under the Ministry of Justice. In the case of Raposa Serra do Sol, this process went through ups and downs, mostly due to the lack of interest from the federal government to challenge politicians in Roraima.

In December of 1998, the minister of Justice signed a decree officially establishing the exclusive tenure rights of the Macuxi, Patamona, Ingarikó, Taurepang and Wapixana peoples over Raposa Serra do Sol's 1.68 million ha. The decree also determined the demarcation of this area, according to limits defined by technical studies approved by Funai. Three decades of stagnation, however, left an open space for initiatives clearly designed to disturb the indigenous occupation, and gradually reduce the land to be demarcated.

Reducing borders

Publicized or veiled, the state policies of occupying Raposa Serra do Sol Indigenous Land changed along time and space. In the 1980's, mining camps, with associated houses of prostitution, were established at different locations within the area, forming an electoral base in constant conflict with the Indians. Two municipalities – Normandia and Uiramutã – were created at the borders and, in the 1990s, Roraima's government offered fiscal incentives and attracted rice producers to the floodplains of the

At the beginning of Lula's Government, the Raposa Serra do Sol Indigenous Land was the only large indigenous area not demarcated

The ratification of the indigenous land did not stop the conflicts, generating new outbursts of judicial appeals against the Indians

Sumuru river, on the southwestern border of the indigenous land.

The presence of such settlements in the target area led to dozens of legal appeals aimed at halting the 1998 demarcation decree. In April of 2005, however – just before the National Indians' Week – President Lula signed a decree ratifying the indigenous land, and reassuring the tenure rights of 1.743 million ha by the Indians.

This decision, considered historic by the indigenous movement, also stipulated a 12-month deadline for the removal of 47 cattle ranchers and 16 rice producers identified by the Ministry of Justice. In addition, based on agreements with several state-level counterparts, the federal government allocated 5 million reais for compensating improvements and relocation costs.

Predictably, the ratification of the indigenous land did not stop the conflicts with settlers. The publication of the presidential decree generated a new outburst of judicial appeals and explicit civil disobedience – “we are not going to leave” (...) “we will stay anyway” – from rice producers. In September of 2005, just days after a party organized by the Indians to celebrate the ratification of Raposa Serra do Sol, a cultural center and a bridge were burned by armed and masked men.

The approximation of the deadline established by the federal government for removal of intruders increased doubts about the feasibility of meeting it. After all, 10 months after the ratification, most of the cattle ranchers and rice producers remained inside the indigenous lands.

CIR and Coiab's performance

In more than two decades of conflicts with politicians and their allies in Roraima, the tuxauas – indigenous local

chiefs – established, in 1987, Roraima's Indigenous Counsel (CIR). CIR is one of 75 organizations that constitute the Coordination of Indigenous Organizations in the Brazilian Amazon (Coiab), the largest network of indigenous entities in the Brazilian Legal Amazon. This network, created in 1989, was established at a unique moment in the Indians' struggle to implement their rights, as defined in the 1988 Constitution, especially the official recognition of the land where they traditionally lived.

During its existence, Coiab worked hard to aggregate indigenous organizations in the Amazon, in order to strengthen its presence at the national political level as a region-wide representative of the indigenous peoples. Despite various management crises, reflecting the challenges of dealing in a complex and largely hostile institutional and political context, Coiab is currently established in the nine states of the Legal Amazon and represents 165 ethnic groups.

The General Assembly, convened every three years, is the highest decision-making body of Coiab. During the eighth General Assembly in 2006, its delegates defined an action program for the following years and elected the staff for the Executive Coordination and the Deliberating and Fiscal Council (Condef). While planning for this Assembly, a proposal for institutional reorganization was included in the agenda, to stimulate greater administrative transparency and to reduce the gap between decision-making and grassroots organizations. The agenda also included a discussion about the national context and its impacts on programs and policies for Indians in Brazil.

Concerned about the delays in the removal of intruders from Raposa Serra do Sol, Coiab decided to organize its meeting there, between April 21 and 25

of 2006, during Indians' Week. "It was a symbolic choice. We wanted to celebrate a historical victory and demonstrate the support of the indigenous movement to the struggles that CIR was facing", says Paulino Montejo, Coiab's adviser. He points out that "It was also necessary to pressure the government to remove the intruders that still remained in the area". Coincidence or not, during the Assembly, Funai and Incra teams were within the indigenous land carrying out the final surveys of good-faith improvements made by invading settlers, under the protection of the Federal Police. Incra is the federal agency responsible for land tenure policies.

Agenda for the future of the indigenous movement

In seeking funds for the Assembly – the first to take place within an indigenous land – Coiab contacted the International Institute of Education in Brazil (IEB), responsible for managing USAID-Brazil Small Grants Fund. Coiab obtained US\$ 10,000 to cover the meeting expenses. Ignoring the usual opponents' threats, Coiab's 8th General Assembly in Raposa Serra do Sol attracted 137 indigenous delegates from the Brazilian Amazon, plus approximately 100 guests from throughout Brazil, including representatives of ethnic groups from outside of the region and supporting entities including Funai.

Besides electing the new staff for the entity's directing positions, the Assembly accomplished its objectives in relation to Coiab's restructuring. The approved structural changes contributed to expand the participation of grassroots organizations in strategic decisions. In addition, these changes are designed to build capacity in project planning, management, and fundraising. The participants also decided that indigenous organizations should prepare their own projects to support sustainable resources management and establishment

of indigenous enterprises, as a way to increase the autonomy of these organizations.

Sixteen years after its founding, Coiab left the Assembly at Raposa Serra do Sol with a wide agenda for strengthening its position as the main actor in the defense of the Indians' interests in the Brazilian Amazon. A few months later, the Amazonian Center for Indigenous Education was established, to train leaders and forest agents, with the first team graduating in late 2006.

In early 2007 Coiab organized a seminar with international cooperation institutions, in response to the need for economical sustainability and institutional strengthening. In addition, Coiab decided to hire a specialized consultancy for preparing a strategy for building an endowment, and to adopt a manual of financial procedures to increase administrative efficiency and transparency. At the level of national politics, Coiab expanded the team working in Brasilia, while at the local level it is expanding alliances with indigenous communities in the Amazon.

The support from the Small Grants Fund enabled Coiab to organize its eighth General Assembly at Raposa Serra do Sol, with participation of 137 indigenous leaders

**Lista dos Projetos Apoiados pelo “Programa de Pequenos Apoios da USAID/Brasil
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional”**
List of Projects Funded by the United States Agency for International
Development USAID/Brazil “Small Grants Program”

Outubro/October 2004 – Setembro/September 2005

1. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) Objetivo: Apoiar o planejamento e a organização do II Fórum Permanente dos Povos Indígenas da Amazônia – Autonomia e Gestão Territorial.

Coordination of Indigenous Organizations in the Brazilian Amazon (COIAB)

Objective: Support planning and organization of the Second Permanent Forum of Indigenous Peoples in the Amazon, entitled “Autonomy and Territorial Management.”

Doação/Grant: USD \$10,000.00

2. Conselho Nacional da Mulheres Indígenas (CONAMI) Objetivo: Apoiar o planejamento e a organização do seminário sobre valorização das mulheres indígenas, e a publicação de um livro sobre a história das mulheres indígenas.

National Council of Indigenous Women (CONAMI)

Objective: Support planning and organization of a seminar on valuing indigenous women, and publication of a book on the history of indigenous women.

Doação/Grant: USD \$20,000.00

3. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)

Objetivo: Apoiar o planejamento e a organização do I Fórum de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.

Acre’s Pro-Indian Commission (CPI-Acre)

Objective: Support planning and organization of the First Forum of Acre’s Indigenous Agroforestry Agents

Doação/Grant: USD \$20,000.00

4. RIOTERRA

Objetivo: Apoiar o planejamento e a produção de três vídeos sobre os Territórios Indígenas de 7 de Setembro, Igarapé Lourdes e Uru Eu Wau Wau, no estado de Rondônia.

RIOTERRA

Objective: Support planning and production of three videos about Indigenous Territories in Rondonia: 7 de Setembro, Igarapé Lourdes and Uru Eu Wau Wau.

Doação/Grant: USD \$15,000.00

5. Instituto Socioambiental / Amigos da Terra, Amazônia Brasileira (ISA/FOE)

Objetivo: Apoiar o Grupo de Trabalho em Florestas (GT Florestas) para o diálogo com diferentes interlocutores no governo e no setor privado, sobre estratégias sustentáveis para a expansão do agronegócio no Brasil.

Socio-environmental Institute / Friends of the Earth, Brazilian Amazon (ISA/FOE)

Objective: Support the Working Group on Forests (GT Florestas) to engage with different audiences in the government and private sectors, to discuss sustainable strategies for expanding agro-business activities in Brazil.

Doação/Grant: USD \$20,000.00

6. Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA)

Objetivo: Apoiar o planejamento e a organização de uma oficina para concluir o Projeto de Gênero da Rede GTA, incluindo ampla discussão de seus objetivos, prioridades e gestão.

Amazon Working Group (GTA)

Objective: Support planning and organization of a workshop to conclude GTA’s network Gender Project, including discussions about its goals, priority actions and management.

Doação/Grant: USD \$20,000.00

Outubro/October 2005 – Setembro/September 2006

1. Instituto Socioambiental (ISA)

Objetivo: Apoiar o planejamento e a organização de um seminário sobre “A encruzilhada da modernidade: a luta dos povos indígenas do Brasil e o destino da Convenção de Diversidade Biológica”.

Socio-environmental Institute (ISA)

Objective: Support planning and organization of a seminar entitled “Crossroads to modernity: the struggle of Brazilian indigenous peoples and the outcome of the Convention on Biological Diversity.”

Doação/Grant: USD \$11,200.00

2. Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

Objetivo: Apoiar sua participação no I Encontro Internacional sobre Grupos Indígenas Isolados.

Center for Indigenous Work (CTI)

Objective: Support participation at the First International Meeting on Isolated Indigenous Groups.

Doação/Grant: USD \$20,200.00

3. Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre)

Objetivo: Apoiar sua participação na XI FLORA, Feira de Produtos Florestais do Acre.

Research and Extension Group for Agroforestry Systems in Acre (Pesacre)

Objective: Support participation at the XI FLORA, Acre’s Forest Products Fair.

Doação/Grant: USD \$9,000.00

4. Organização Metareilá do Povo Indígena Suruí

Objetivo: Apoiar o planejamento e a implementação da Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Rondônia.

Metareilá Organization of Suruí's Indigenous People

Objetivo: Support planning and implementation of the General Assembly for Indigenous Peoples of Rondônia.

Doação/Grant: USD \$6,300.00

5. The Nature Conservancy (TNC), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), WWF, IEB

Objetivo: Apoiar a publicação e o lançamento do livro "Biodiversidade: para comer, vestir, ou passar no cabelo?".

The Nature Conservancy (TNC), Brazilian Business Council for Sustainable Development (CEBDS), WWF, IEB

Objetivo: Support publication and launching of the book "What on Earth is Biodiversity?"

Doação/Grant: USD \$7,695.00

6. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Objetivo: Apoiar o planejamento e a organização da VIII Assembleia Geral da COIAB.

Coordination of Indigenous Organizations at the Brazilian Amazon (COIAB)

Objetivo: Support planning and organization of COIAB's VIII General Assembly.

Doação/Grant: USD \$10,000.00

7. União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé)

Objetivo: Apoiar a organização de um seminário sobre Economia e Sustentabilidade Ambiental nas Terras Indígenas do meio do Rio Solimões e afluentes.

Union of the Indigenous Nations of Tefé (UNI-Tefé)

Objetivo: Support organization of a seminar on Economic and Environmental Sustainability in the Indigenous Lands of the Middle Solimões River and Tributaries.

Doação/Grant: USD \$8,200.00

8. Instituto de Biodiversidade e Manejo de Recursos Naturais da Amazônia Ocidental (BIOMA)

Objetivo: Apoiar a implementação do VI Encontro "Fortalecendo as Comunidades para um Futuro Comum", organizado pela Iniciativa MAP (Madre de Dios, Acre, Pando).

Institute of Biodiversity and Natural Resources Management of Western Amazon (BIOMA)

Objetivo: Support implementation of the VI Meeting on "Strengthening Grassroots for a Common Future", as part of the MAP (Madre de Dios, Acre, Pando) Initiative.

Doação/Grant: USD \$10,300.00

9. Comissão Pró-Yanomami (CCPY)

Objetivo: Apoiar a implementação do Encontro Anual da Rede de Cooperação Alternativa do Brasil (RCA Brasil)

Pro-Yanomami Commission (CCPY)

Objetivo: Support implementation of the Annual Meeting of Brazil's Alternative Cooperation Network (RCA Brasil).

Doação/Grant: USD \$10,000.00

10. IEB e parceiros

Objetivo: Apoiar o planejamento e a implementação do Encontro Anual de Parceiros do Programa de Meio Ambiente da USAID no Brasil.

IEB and partners

Objetivo: Support planning, organization and implementation of the Annual Partners Meeting for USAID-Brazil Environment Program.

Doação/Grant: US\$23,000 aprox.

11. Instituto Socioambiental (ISA)

Objetivo: Apoiar a publicação do livro "Povos Indígenas do Brasil 2001-2005."

Socio-environmental Institute (ISA)

Objetivo: Support publication of the book "Indigenous Peoples of Brazil 2001-2005."

Doação/Grant: US\$10,000.00

12. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Objetivo: Apoiar o planejamento e a implementação de cursos sobre Ecologia da Produção de Sistemas Agroflorestais, Viveiros e Plântulas, e Abordagem Participativa em Gestão de Projetos.

Institute for Ecological Research (IPÊ)

Objetivo: Support planning and implementation of courses on Production Ecology of Agroforestry Systems, Nurseries and Seedlings, and Participatory Approaches to Project Management.

Doação/Grant: USD \$12,500.00

13. Fundação Getúlio Vargas, Centro para Estudos de Sustentabilidade (GVces)

Objetivo: Apoiar a implementação da conferência do Grupo Katoomba sobre "Valorizando Serviços Ambientais: Assegurando o Capital Nacional das Gerações Presentes e Futuras"

Getulio Vargas Foundation, Center for Sustainability Studies (GVces)

Objetivo: Support implementation of a conference by the Katoomba Group entitled "Valuing Environmental Services: Securing the National Capital of Present and Future Generations."

Doação/Grant: USD \$6,730.00

Outubro/October 2006 – Setembro/September 2007

1. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Objetivo: Viabilizar a participação de três alunos no VII Curso Latino Americano de Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre.

Institute for Ecological Research (IPÊ)

Objetivo: Support participation of three Brazilian students

at the VII Latin American Course on Conservation Biology and Wildlife Management.

Doação/Grant: USD \$6,000.00

2. Fundação Pró Natureza (FUNATURA)

Objetivo: Facilitar a implementação do Projeto intitulado “O V Encontro e Feira dos Povos do Cerrado”.

Pro-Nature Foundation (FUNATURA)

Objective: Support planning and organization of the “V Meeting and Fair of the Cerrado Peoples.”

Doação/Grant: USD \$5,700.00

3. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre)

Objetivo: Implementar o Projeto intitulado “Educação Indígena para a Gestão de Projetos Comunitários”

Acre's Pro-Indian Commission (CPI/Acre)

Objective: Support implementation of the project “Indigenous Education for Community Project Management.”

Doação/Grant: USD \$20,000.00

4. Equipe de Conservação da Amazônia (ACT Brasil)

Objetivo: Implementar o Projeto intitulado “Caravana Waurá-Guarani: Intercâmbio Cultural e Fortalecimento dos Povos Indígenas”

Amazon Conservation Team (ACT Brasil)

Objective: Support implementation of the project “Waurá-Guarani Caravan: Cultural Exchange and Strengthening of Indigenous Peoples.”

Doação/Grant: USD \$ 16,000.00

5. Instituto de Pesquisa e Registro de Conhecimentos Tradicionais (IEPÉ)

Objetivo: Implementar o Projeto intitulado “Encontro Macapá: Experiências Indígenas de Pesquisa e Registro de Conhecimentos Tradicionais”

Institute for Research and Documentation of Traditional Knowledge (IEPÉ)

Objective: Support implementation of the project “Macapá Meeting: Indigenous Experiences on Research and Documentation of Traditional Knowledge.”

Doação/Grant: USD \$ 20,000.00

6. USAID-Brasil

Objetivo: Apoiar o evento comemorativo do “Dia da Terra” no Parque Nacional de Brasília.

USAID-Brazil

Objective: Support organization of the “Earth Day” event at the Brasília National Park.

Doação/Grant: USD \$ 5,000.00

7. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Objetivo: Viabilizar a participação de representantes do IPÊ em duas conferências: “Conferência Internacional sobre Contabilidade Ambiental e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” e “Encontro Anual da Sociedade para Biologia da Conservação”.

Institute for Ecological Research (IPÊ)

Objective: Support participation of IPÊ representatives in two conferences: “International Conference on Environmental Accounting and Sustainable Development Indicators” and “Annual Meeting of the Society for Conservation Biolo

Doação/Grant: USD \$ 3,750.00

8. Marcio Augusto Ramos Halla

Objetivo: Viabilizar sua participação no curso intitulado “Certificado do Curso de Verão em Gestão Ambiental Sustentável”, no “Programa Beahrs de Liderança Ambiental” da Universidade da Califórnia

Marcio Augusto Ramos Halla

Objective: Support Mr. Halla's participation in the “Summer Certificate Course in Sustainable Environmental Management”, at “Beahrs Environmental Leadership Program”, California University.

Doação/Grant: USD \$1,700.00

9. Associação Cultural Indígena Kapôt-Jariná

Objetivo: Implementar o Projeto intitulado “Participação dos indígenas Kayapós e Jurunas na I Exposição do Patrimônio Universal do Museu Histórico de Ribeirão Preto – SP”.

Kapôt-Jariná Indigenous Cultural Association

Objective: Support implementation of the project “Participation of the Kayapós and Jurunas Indigenous Groups at the First Exhibit on the Universal Patrimony of Ribeirão Preto, São Paulo's Historical Museum.”

Doação/Grant: USD \$11,360.00

10. Associação de Levantamento Florestal do Amazonas (ALFA)

Objetivo: Planejar, organizar e executar o Projeto intitulado Curso de Campo - Ecologia da Floresta Amazônica – EFA 2007

Amazon Forest Survey Association (ALFA)

Objective: Support planning and implementation of a field course on Amazon Forest Ecology – EFA 2007

Doação/Grant: USD \$12,600.00

11. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA)

Objetivo: implementar a tradução, impressão e distribuição do livro do CIFOR, “Além da Madeira: certificação de produtos florestais não madeiráveis”

Institute for Forest and Agricultural Management and Certification (IMAFLOA)

Objective: Support translation, publication and dissemination of CIFOR's book “Beyond Timber: Certification of Non-Timber Forest Products.”

Doação/Grant: USD \$20,000.00

12. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Objetivo: Publicar livro sobre o programa de pequenas doações da USAID-Brasil.

International Institute for Education in Brazil (IEB)

Objective: Support publication of the book on USAID-Brazil Small Grants Program.

Doação/Grant: USD \$25,000.00

13. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Objetivo: Publicar nova edição do livro: “Seria melhor mandar ladrilhar?”

International Institute for Education in Brazil (IEB)

Objective: Support publication of a new edition of the book entitled “Would it be better to tile it?”

Doação/Grant: USD \$20,000.00

14. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Objetivo: Implementar o Projeto intitulado “Ecoturismo no Baixo Rio Negro”

Institute for Ecological Research (IPÊ)

Objective: Support implementation of the project “Ecotourism in the Lower Rio Negro.”

Doação/Grant: USD \$22,000.00

15. Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Objetivo: Viabilizar a participação de quatro alunos no VIII Curso Latino Americano de Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre

Institute for Ecological Research (IPÊ)

Objective: Support participation of four students at the VIII Latin American Course on Conservation Biology and Wildlife Management.

Doação/Grant: USD \$5,560.00

16. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)

Objetivo: Publicar o livro sobre a experiência do Consórcio Alfa.

International Institute for Education in Brazil (IEB)

Objective: Support publication of a book on the Alfa Consortium experience.

Doação/Grant: USD \$17,145.00

17. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Objetivo: Planejar e organizar o Projeto intitulado “Alguns Índios”, com o objetivo de aproveitar o espaço da COIAB no II Encontro dos Povos da Floresta para apresentar a diversidade dos recursos naturais e de culturas nas terras indígenas da Amazônia e sensibilizar a opinião pública contra os impactos negativos do desmatamento e do aquecimento global.

Coordination of Indigenous Organizations at the Brazilian Amazon (COIAB)

Objective: Support planning and organization of the project “A few Indians”, utilizing COIAB’s space at the Second Meeting of the Forest Peoples, to present the diversity of natural resources and cultures in the Amazon indigenous lands, and to sensitize public opinion about the negative

impacts of deforestation and global warming.

Doação/Grant: USD \$9,340.00

18. Organização Metareilá do Povo Indígena Suruí

Objetivo: Planejar e organizar o “Projeto Indígena de Rondônia no II ENPF”, com objetivo de possibilitar a participação dos povos indígenas de Rondônia no II Encontro Nacional dos Povos da Floresta.

Metareilá Organization of Suruí’s Indigenous People

Objective: Support planning and organization of the “Rondonia’s Indigenous Project at the Second National Meeting of Forest Peoples.”

Doação/Grant: USD \$10,430.00

19. Associação Marúbo de São Sebastião (AMAS)

Objetivo: Planejar e executar o Projeto intitulado “Oficina para grupos indígenas acerca do debate sobre Acesso a Conhecimento Tradicional, Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios do Vale do Javari”.

Marúbo Association of São Sebastião (AMAS)

Objective: Support planning and implementation of a workshop for indigenous peoples on the debate about “Access to Traditional Knowledge, Genetic Patrimony, and Benefit Distribution at the Javari Valley”.

Doação/Grant: USD \$8,300.00

20. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

Objetivo: Planejar e executar o Projeto intitulado “Oficina de qualificação: acesso a conhecimento tradicional, patrimônio genético e repartição de benefícios com ênfase na consulta pública No 02/06/CGEN”

Federation of the Rio Negro Indigenous Organizations (FOIRN)

Objective: Support planning and implementation of a workshop on “Access to Traditional Knowledge, Genetic Patrimony, and Benefit Distribution”, focused on the public consultation No 02/06/CGEN.

Doação/Grant: USD \$6,470.00

21. Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia (FIDESA)

Objetivo: Planejar e executar o Projeto intitulado “Infra-estrutura para Documentação de Línguas e Culturas Indígenas” para o fortalecimento da infra-estrutura de documentação da Área de Lingüística do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Foundation Institute for Development in the Amazon (FIDESA)

Objective: Support planning and implementation of the project “Infra-structure for Documenting Indigenous Cultures and Languages”, at the Linguistics Department of the Goeldi Museum in Pará, Brazil.

Doação/Grant: USD \$ 10,000.00



The Small Grants program of the USAID Brazil environment program was founded on the idea that small, timely and well directed contributions to local organizations concerned with environmental conservation and indigenous issues can make a big contribution to the work of those organizations and produce impacts beyond the scale of the investment. It was also a means to permit a wider distribution of USAID assistance to small, local organizations which often cannot participate in bigger projects and programs.

The program gave priority to supporting the events and work of organizations working directly in the field on the conservation and sustainable management of natural resources and related social issues. Many of these organizations represent local associations of forest peoples, and in particular indigenous peoples. The program also aimed to promote the dissemination of relevant information and results to a wider audience.

USAID Brazil received, evaluated and approved project proposals on a continuous basis and with a short turn-around time. The role of the International Institute for Education of Brazil – IEB was to administer the grants and monitor the implementation of the projects and production of reports. The program ran from October 2004 till September 2007 and supported 40 projects. This book presents the results of a small selection of those projects. We hope you agree that these stories show that a small grant can make a big difference.

Gordon Armstrong
IEB

O Programa de Pequenos Apoios do Programa de Meio Ambiente da USAID Brasil programa funcionou entre outubro de 2004 e setembro de 2007 e apoiou 40 projetos. Este livro apresenta os resultados de cinco desses projetos, mostrando que um pequeno apoio pode fazer uma grande diferença.

The Small Grants program of the USAID Brazil Environment Program ran from October 2004 till September 2007 and supported 40 projects. This book presents the results of five of those projects, showing that a small grant can make a big difference.

